

**Relatório da Administração do  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

---

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

**1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

O presente relatório, que a Companhia de Água e Esgoto do Ceará – Cagece, submete à apreciação de clientes, fornecedores, acionistas, à sociedade e ao mercado em geral, tem o objetivo de demonstrar, de forma transparente, a política e as ações da Companhia e a contínua renovação de sua missão de contribuir para a melhoria da saúde e qualidade de vida da população, provendo soluções em saneamento básico, com sustentabilidade econômica, social e ambiental, destacando-se como uma empresa de saúde pública, tendo forte conotação social e ambiental, mas mantendo o seu caráter empresarial.

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará é uma sociedade de economia mista, vinculada à Secretaria das Cidades, criada pela Lei Nº 9.499, de 20 de julho de 1971, e alterada pela Lei 15.348, de 02 de maio de 2013, que ampliou o escopo de atuação da Cagece, autorizando-a a atuar na prestação de serviços de saneamento básico, tanto os de natureza pública quanto os de natureza privada, e em quaisquer atividades que guardem relação direta ou indireta com o setor e seus processos de operação e gestão, em todo o território do Estado do Ceará, em outros estados da Federação e no exterior.

O negócio da empresa consiste em desenvolver soluções em saneamento básico, buscando identificar, desenvolver e aplicar novas tecnologias, processos, parcerias e modelo de gestão que propiciem a melhoria de seus resultados, a satisfação da população e de seus acionistas de forma a reforçar seu reconhecimento como empresa de referência nacional no setor de saneamento. Seus produtos e serviços atuais atendem pessoas físicas, entidades comerciais e industriais, organizações não governamentais e órgãos públicos.

Dos 184 municípios cearenses, a Cagece está presente em 151. Atualmente, são 304 localidades atendidas com sistema de abastecimento de água, representando 5,4 milhões de habitantes beneficiados ou 98,16% da população urbana, na área de atuação da Companhia. Na Capital são 2,6 milhões de pessoas cobertas pelo serviço de abastecimento de água (98,64%) e no Interior são 2,8 milhões de pessoas beneficiadas (97,77%).

No esgotamento sanitário, a Cagece atende 86 localidades, beneficiando cerca de 2,2 milhões de habitantes, que representam 40,11% de cobertura da população do Estado. Em Fortaleza, o índice de cobertura de esgoto é de 57,10%, equivalente a 1,5 milhão de habitantes, e no Interior o percentual de cobertura é 26,20%, 763 mil habitantes cobertos com sistema de esgotamento sanitário, na área de atuação da Cagece.

## **Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

---

A escassez de água é um problema crônico no semiárido, e em 2015 apresentou-se de forma ainda mais aguda, confirmando-se como o quarto ano consecutivo de estiagem, implicando grande desafio à manutenção da qualidade na prestação dos serviços de abastecimento de água, frente a esse árduo cenário.

Embora o cenário climático e econômico continue apontando para uma situação desfavorável, a Companhia continuará trabalhando no propósito de garantir o abastecimento de água tratada à população. Dentre os principais desafios estão os estudos para implantar novas alternativas de disponibilidade hídrica, através de dessalinização e reuso, bem como ações para redução de perdas e renovação dos ativos.

Um outro desafio é expandir a cobertura de esgoto nos municípios atendidos pela Companhia e sensibilizar a população sobre a importância de se interligar na rede coletora de esgoto disponibilizada.

Em decorrência do cenário adverso instalado e dos muitos desafios enfrentados em 2015, a Companhia está mais fortalecida, perseguindo processos mais eficientes, prospectando novas fontes de receita, contextualizando e exortando a sociedade e os atores institucionais em prol de um pacto para o desenvolvimento do saneamento básico no Estado.

## **2. CONJUNTURA ECONÔMICA ATUAL**

### **2.1 Cenário Atual**

A crise econômica que se vivencia atualmente obrigou o governo federal a adotar ajustes fiscais, tentando, porém, preservar os investimentos em infraestrutura, que são fundamentais para o processo de desenvolvimento do Brasil. Os entes federados, Estados e Municípios, adotam a mesma linha de raciocínio.

A escassez de água, que atualmente não mais pode ser vista como fenômeno isolado de determinadas regiões ou países, mas sim de repercussão mundial, é outro fator de contornos delicados para o setor. No Brasil, os baixos índices pluviométricos não se verificam mais exclusivamente na Região Nordeste.

As políticas adotadas pela Cagece, somadas as ações do Governo Federal e Governo do Ceará em 2015 foram marcadas pelo empenho em amenizar os efeitos das ocorrências climáticas que tem convergido para uma situação crítica no abastecimento de água de algumas regiões do Estado desde 2012. Os dados da Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos (Funceme) demonstram

## **Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

---

que a distribuição espacial irregular das chuvas, entre janeiro e dezembro de 2015, ficou abaixo da média histórica do período, contribuindo para o agravamento do ciclo de estiagem no Estado, iniciado em 2012.

Dos 153 açudes monitorados pela Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – Cogerh, 130 encerraram o ano com volume abaixo de 30%.

A perfuração de poços tem sido a política pública prioritária no momento. Em 2015, foram perfurados cerca de 1.150 poços, na zona urbana (926) e rural (224), ultrapassando a meta de 1.132 até dezembro do referido ano. Além disso, foram instalados 334 chafarizes e 143 dessalinizadores, (Fonte: Superintendência de Obras Hidráulicas – SOHIDRA).

O prognóstico da Funceme para o período de março a maio de 2016 indica que há 70% de probabilidade de o Ceará ter chuvas abaixo da média, permanecendo a tendência da quadra chuvosa dos últimos 4 anos. Isso indica que a maior probabilidade é de que o acumulado de chuvas no período não consiga atingir a média histórica.

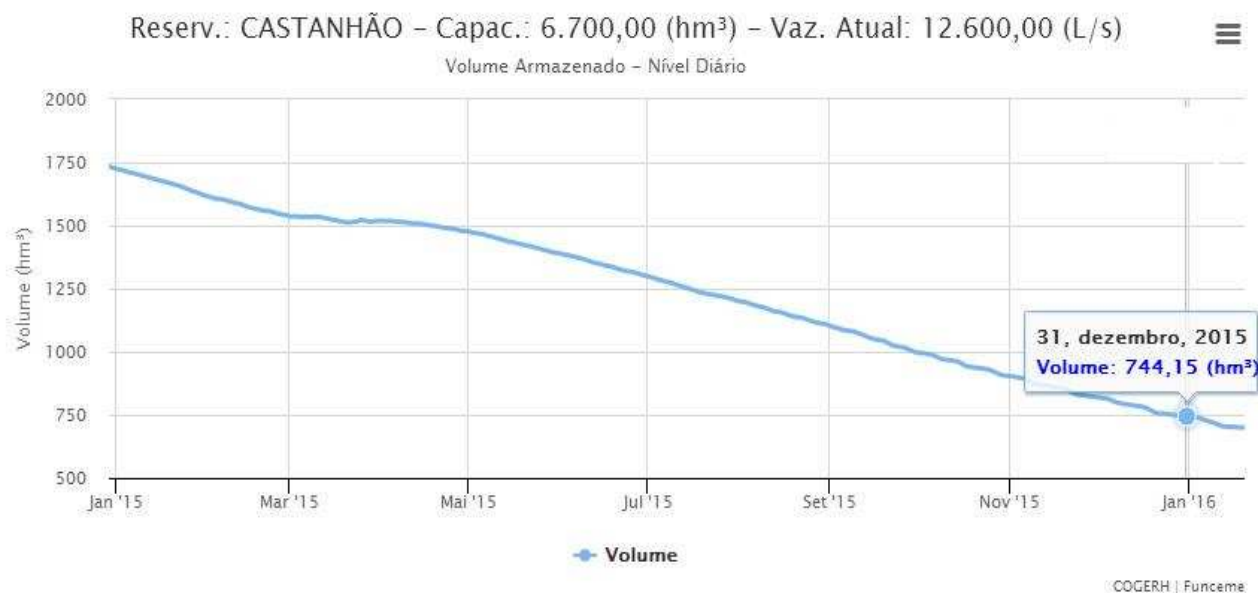
Nesse cenário, a transposição do São Francisco é vista como a principal estratégia governamental para reverter a situação de dificuldade hídrica. Segundo a Cogerh, a obra de transposição está com 79,7% de execução física, tendo o Eixo Norte 81% e o Eixo Leste 77,8% e a previsão é de que entre em operação no segundo semestre de 2016.

O benefício esperado da transposição é o atendimento das demandas hídricas da população da região, que receberá parte da água do rio São Francisco. As demandas hídricas referem-se a áreas urbanas dos municípios beneficiados, distritos, perímetros de irrigação e, conseqüentemente, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região beneficiada.

Para a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), principalmente na capital do Estado, a situação poderá atingir nível crítico a partir do segundo semestre de 2016. De acordo com o relatório disponibilizado no Portal Hidrológico do Ceará até dezembro de 2015, o Açude do Castanhão, principal reservatório do Estado que alimenta o sistema Riachão/Pacoti/Gavião e abastece Fortaleza e adjacências, encerrou o ano de 2015 com volume 744.145.000 m<sup>3</sup>, o que representa 11,11% da sua capacidade total.

**Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

**Figura 1**



Fonte: Portal Hidrológico do Ceará (dez/2015).

Em 2015, a Cagece enfatizou a ampliação de campanhas educacionais com o objetivo de alertar a população sobre a importância de evitar o desperdício de água, bem como a política de reuso como instrumento de economia.

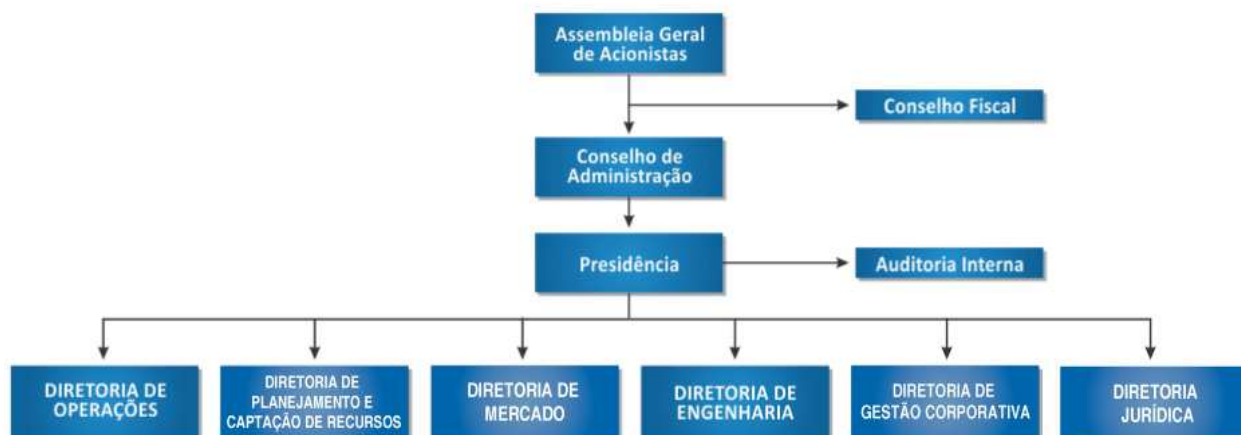
**3. GOVERNANÇA CORPORATIVA**

A Cagece é uma empresa de economia mista, com capital aberto e inscrita na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, porém, não negocia ações na bolsa de valores. Sua estrutura de governança corporativa é composta pela Assembléia Geral de Acionistas, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Auditoria Interna e Diretoria Executiva.

**Relatório da Administração do  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

---

**Figura 2 – Estrutura Organizacional**



Fonte: Sistema de Gestão Organizacional

O aprimoramento da governança é garantido por uma estrutura de gestão, práticas e instrumentos, que contam com o Estatuto Social da Cagece, os Comitês Internos que apóiam a Diretoria Executiva e o Código de Ética.

A Assembleia Geral dos Acionistas possui instância máxima de decisão e tem como atribuições deliberar sobre as demonstrações financeiras, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício, eleger os membros do Conselho Fiscal e Conselho de Administração, deliberar sobre reforma do Estatuto Social, deliberar sobre a remuneração dos administradores, dentre outras. Sua convocação é feita por edital e, a partir de então, todos os documentos pertinentes à reunião ficam previamente disponibilizados na sede da Companhia e em nosso website (<http://www.cagece.com.br/governanca>).

O Conselho de Administração é composto por sete membros, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis, com prazo de gestão de dois anos, onde é permitida uma reeleição. Dos sete membros, quatro são representantes do acionista majoritário, um é o Diretor Presidente da Companhia e os outros dois são representantes dos acionistas minoritários. Atendendo às recomendações das melhores práticas do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, o estatuto da Companhia veda expressamente a acumulação dos cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente.

O Conselho de Administração tem como função a definição das políticas e diretrizes gerais, assim como a avaliação dos projetos propostos pela Diretoria Executiva e a aferição dos resultados alcançados. O currículo e o contato dos membros do nosso Conselho de Administração pode ser

## **Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

---

acessado no site <http://www.cagece.com.br/governanca>, seção Governança Corporativa/Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é um órgão permanente formado por cinco membros e suplentes em igual número, eleitos em Assembleia Geral e com mandato de um ano. Suas prerrogativas, deveres e responsabilidades estão previstas na Lei 6.404/76. Dentre suas atribuições, destacamos a análise de balancetes e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela Companhia. Com a mudança do Estatuto Social ocorrida em 2014, as reuniões passaram a ser mensais.

A Diretoria Executiva é constituída por sete membros, residentes no país, sendo um Diretor-presidente, um Diretor de Gestão Corporativa, um Diretor de Operações, um Diretor de Planejamento e Captação de Recursos, uma Diretora de Mercado, um Diretor de Engenharia e um Diretor Jurídico. Todos os membros são eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de dois anos, permitida a reeleição. Os diretores da Cagece têm competências individuais estabelecidas no próprio Estatuto Social da Companhia.

A Auditoria Interna é responsável por planejar, elaborar e executar programas de auditoria interna, adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada para avaliação da eficácia dos controles internos e dos processos de gerenciamento de riscos e governança. Além disso, atua como uma grande aliada da alta administração, sendo uma ferramenta de medição de desempenho das funções previstas em seu escopo e no fornecimento de análises, avaliações e recomendações sobre as atividades envolvidas. Em 2015, foram realizados 7 trabalhos de auditoria nos macroprocessos administrativos e operacionais, que envolveram 26 unidades organizacionais, sendo estas Unidades de Serviços e Unidades de Negócio.

A Auditoria Externa atualmente, é realizada pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, contratada desde 15 de maio de 2014, conforme determina o Parágrafo terceiro do Art 177 da Lei 6.404/76 e Art. 3º da Lei 11.638/07.

A Cagece vem agindo para aperfeiçoar seu sistema de gestão com o objetivo de estar alinhada às Melhores Práticas de Governança Corporativa. Para isso, preza pela transparência e respeito para com seus acionistas, levando a efeito a prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

Em 2015, algumas mudanças foram efetivadas para o Conselho de Administração e Fiscal. Agora o website da Cagece, na opção de Relações com Investidores possui um ambiente virtual próprio de acesso privado contendo documentos, apresentações e materiais relativos às reuniões. Com essa inovação, tanto o conselho de administração quanto o fiscal dispõem de informações harmônicas e tempestivas facilitando a tomada de decisão.

## **Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

---

Ainda em 2015, ocorreu a criação da Coordenadoria de Compliance, vinculada à Gerência de Auditoria Interna, que tem como objetivo zelar pelo cumprimento de leis, regulamentos, normas internas e respeito aos padrões éticos, orientando quanto à prevenção de atividades e condutas que possam ocasionar riscos à Companhia e suas partes relacionadas, proporcionando, assim, um crescimento sustentável e a melhoria de nosso negócio.

Por fim, mencionamos a renovação da composição do Comitê de Ética e Conduta da Cagece, no qual possui como atribuição precípua a atualização e aprimoramento de nosso código de ética.

### **4. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2013 – 2016**

No Planejamento Estratégico de 2013 a Cagece orientou o seu Negócio para o “Desenvolvimento de soluções em saneamento básico” com a Missão de “Contribuir para a melhoria da saúde e da qualidade de vida, provendo soluções em saneamento básico, com sustentabilidade econômica, social e ambiental”. A visão de Futuro da Cagece até 2016 é “Ser a Empresa mais admirada do Ceará na prestação de serviços públicos”, conforme o mapa estratégico mostrado na figura a seguir abaixo:

**Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

**Figura 3 – Mapa Estratégico**



**5. RECURSOS HUMANOS**

Para que possa cumprir a sua missão e alcançar a sua visão de futuro, assim como superar os desafios de mercado, é fundamental para a Cagece contar com profissionais competentes e comprometidos com os resultados organizacionais. Esse diferencial, composto pelo nosso quadro de empregados, é um ativo estratégico que procuramos preservar.

A Cagece encerrou o ano de 2015 com 1.337 empregados próprios, em seu quadro, regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), 266 estagiários, 76 jovens aprendizes e 3.346 terceirizados. Até 2015 ingressaram 417 novos empregados aprovados do concurso público realizado em 2013. A



## Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

---

validade do concurso foi prorrogada por mais dois anos, o que poderá garantir a renovação de seu capital humano até o ano de 2017.

A Companhia busca viabilizar o crescimento profissional por meio de oportunidades e reconhecimento. Na coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas, é realizado um trabalho de implementação de ações estratégicas relacionado à gestão de carreira, gestão de desempenho e educação corporativa.

Anualmente o corpo funcional tem a possibilidade de promoção pelos esforços empreendidos em mérito corporativo e individual (Avaliação de Desempenho, treinamentos comportamentais e técnicos), além de outros critérios de esforço individual, como: participação em comitês, instrutoria interna, publicações/apresentações científicas, apresentação de projetos de melhoria e reconhecimento por esforço educacional (educação formal). As regras para promoção são disciplinadas no Manual da Política de Promoções - "Tempo e Mérito: promovendo Cageceanos".

### 5.1 Clima Organizacional

Desde 2013 a Cagece vem desenvolvendo um instrumento interno de Pesquisa para avaliar a satisfação dos empregados com o clima organizacional. Este ano foi utilizado um instrumento de pesquisa externo, da Revista Você S/A - Editora Abril, o qual mede o Índice de Felicidade no Trabalho. Este instrumento proporciona uma avaliação externa, por um instrumento renomado no mercado, bem como a comparação com outras empresas.

O Índice de Felicidade do Trabalho é medido por meio do:

- 1) IQAT** - Índice de Qualidade no Ambiente de Trabalho, relacionado à percepção dos empregados sobre a relação que eles tem com a empresa, com o trabalho em si, com o chefe e com os colegas. Este indicador é obtido por meio da análise do questionário respondido pelos empregados, que avaliam os seguintes aspectos: Identidade, Satisfação e motivação, Aprendizado e Desenvolvimento e Liderança.
- 2) IQGP** - Índice de Qualidade na Gestão de Pessoas, obtido por meio da avaliação das políticas e práticas de RH declaradas pela organização, verificando a consistência, a modernidade, a abrangência e a sustentabilidade dessas ações. As categorias avaliadas pelo IQGP são: Estratégia e gestão, Liderança, Políticas e Práticas e Cidadania Empresarial.

Desta forma, a partir de 2016, o indicador será denominado "Índice de Felicidade no Trabalho".

A Cagece foi classificada e está entre as 150 melhores empresas para você trabalhar edição 2015. Na categoria das empresas públicas a Cagece ficou em 3º lugar.

## **Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

---

### **5.2 Segurança, Medicina do Trabalho e Qualidade de Vida**

Com o objetivo de proporcionar qualidade de vida aos colaboradores, a Coordenadoria de Segurança, Medicina do Trabalho e Qualidade de Vida, desenvolve projetos relacionados à saúde e bem-estar dos empregados. Diante dessa premissa, a Companhia investe em programas, projetos e ações, dentre as quais destacam-se:

- Programa Fluir: promove o grupo saúde total, sendo um grupo de autoajuda composto por pessoas com problemas advindos da alimentação inadequada, Gestão Financeira e Gestão do Tempo, por meio de workshops semestrais, promove também atividades físicas como aulas de zumba, fitness e capoeira na unidade da Cagece do Pici, em parceria com o Governo do Estado do Ceará.
- Grupo Água Viva: adota metodologia similar à do Grupo Alcoólicos Anônimos.
- Grupo de Gestantes: realiza oficinas, palestras informativas para as colaboradoras grávidas, esposas de colaboradores e seus respectivos parceiros.
- Ginástica Laboral
- Programa Viva: destinado a orientação dos colaboradores para a fase da aposentadoria. Esse programa objetiva minimizar o impacto da quebra do vínculo empregatício e da perda da identidade organizacional do indivíduo.

### **5.3 Desenvolvimento de Pessoal**

Quanto a capacitação e desenvolvimento de pessoas, o ano de 2015 foi marcado pela criação do Centro de Excelência – Cenex, área especialista vinculada à Diretoria da Presidência, responsável pelas estratégias de desenvolvimento de pessoal e gestão do conhecimento.

O Cenex implementou o Programa de Formação de Instrutores Internos, importante ação de sua estratégia que, aliada ao fomento de treinamentos à distância, têm contribuído para a otimização dos recursos destinados à capacitação. Além disso, atualmente 17 (dezessete) empregados vêm sendo beneficiados com o reembolso de 50% das despesas com cursos de pós-graduação

A gerência atua para o alcance dos objetivos organizacionais por meio da adequada qualificação da força de trabalho. O indicador corporativo “Cumprimento da Matriz de Competências” apurou um resultado de 58,9% em 2015, tendo sido 4.663 capacitações.

**Relatório da Administração do  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

---

**Quadro 1 – Cenex - Cumprimento da Matriz de Competências**

<b>Indicadores</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
Horas de Capacitação por Empregado (h)	15,3	16,2	13,6
Capacitação por Empregado	1,7	1,8	1,4
Investimentos por Empregado (R\$)	R\$ 144,75	R\$ 93,05	R\$ 80,41
Investimento por treinamento (R\$)	R\$ 93,10	R\$ 55,15	R\$ 58,49
<b>Total de Capacitações</b>	<b>4.356</b>	<b>6.129</b>	<b>4.663</b>

Fonte: Centro de Excelência - CENEX

#### **5.4 Previdência Complementar**

A Fundação Cagece de Previdência Complementar - Cageprev é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar (EFPC), criada através da Lei Estadual nº 13.313, de 30 de junho de 2003 para administrar o Plano de Contribuição Variável – PCV dos empregados da Cagece, através do Regime de Previdência Complementar, visando proporcionar uma proteção previdenciária adicional aos seus participantes.

Nesse regime o sistema de contribuição é facultativo e desvinculado da Previdência Pública. O benefício de aposentadoria será pago com base nas reservas acumuladas ao longo dos anos, ou seja, o que é depositado hoje formará uma poupança e será utilizado no futuro para pagamento de seu benefício.

O Plano de Contribuição Variável - PCV, lançado em fevereiro de 2004, continua aberto ao ingresso de novos Participantes e combina as melhores características dos planos de benefício definido e de contribuição definida, proporcionando, assim, o pagamento de benefícios vitalícios aos participantes assistidos e seus beneficiários.

Em 2015, a Cageprev obteve os seguintes números:

Patrimônio: R\$ 131.479.354,45

Meta Atuarial: INPC + 5,63%

Rentabilidade Acumulada: 15,12%.

Número de Participantes Total: 1.320, sendo:

**Relatório da Administração do  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

**Quadro 2 – Número de Participantes**

	<b>Número de Participantes</b>
Ativos	1.090
Autopraticinados	169
Assistidos	37
Personistas	18
Em Benefício Proporcional Diferido	6
<b>Total</b>	<b>1.320</b>

Fonte: Cageprev

**6. DESEMPENHO OPERACIONAL**

**6.1 População Atendida, Índice de Cobertura e Ligações**

No ano de 2015 a Cagece operou nas sedes municipais e distritais de 151 dos 184 municípios do Ceará, sendo responsável pelo atendimento de 304 localidades no Estado com sistemas de abastecimento de água, representando aproximadamente 5,4 milhões de habitantes beneficiados, ou seja, 98,16% da população urbana na área de atuação da Companhia, um aumento de 70.672 mil novos beneficiados comparando-se dezembro de 2014 com dezembro de 2015.

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, a Cagece atendeu a 86 localidades no Ceará, beneficiando aproximadamente 2,2 milhões de habitantes. Isto representa 40,11% da população urbana na área de atuação da Companhia, aumento de 100.086 mil novos beneficiados com esgotamento sanitário comparando-se dezembro de 2014 com dezembro de 2015.

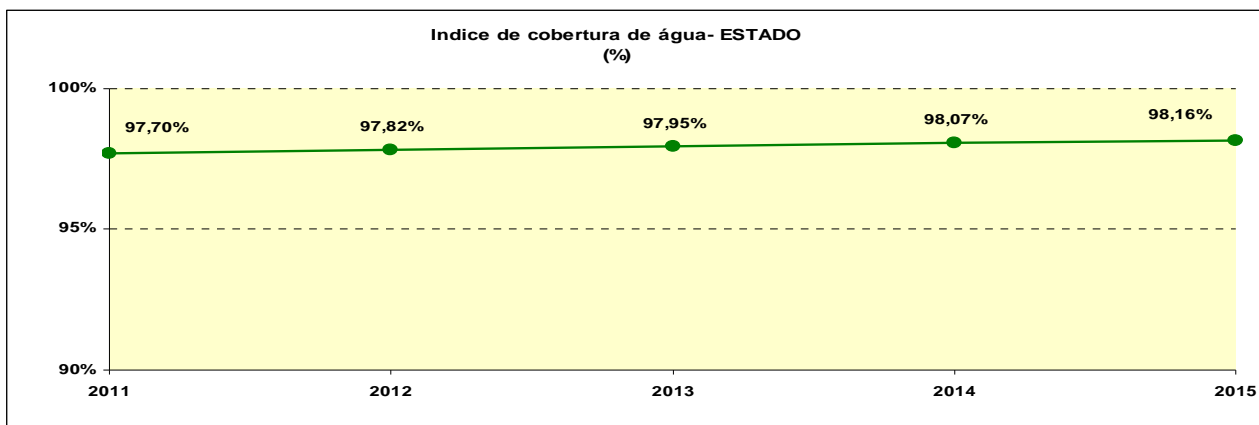
**Quadro 3: População abastecida, ligações, economias, rede e volume faturado no Ceará –  
Água**

	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
População Abastecida Reais (hab)	4.525.172	4.614.732	4.722.973	4.819.801	4.882.562
Ligações Reais (ud)	1.493.388	1.566.268	1.635.094	1.698.590	1.757.384
Economias Ativas Totais (ud)	1.587.828	1.656.923	1.720.051	1.782.006	1.837.044
Extensão de Rede (m)	11.432.912	12.079.537	12.315.533	12.622.151	13.857.857
Volume Faturado (m³)	251.013.193	265.354.921	273.714.527	277.090.686	274.418.903

Fonte: Gerência de Planejamento e Expansão e Gerência Faturamento e Arrecadação, dez/2015

**Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

**Gráfico 1: Índice de cobertura de água**



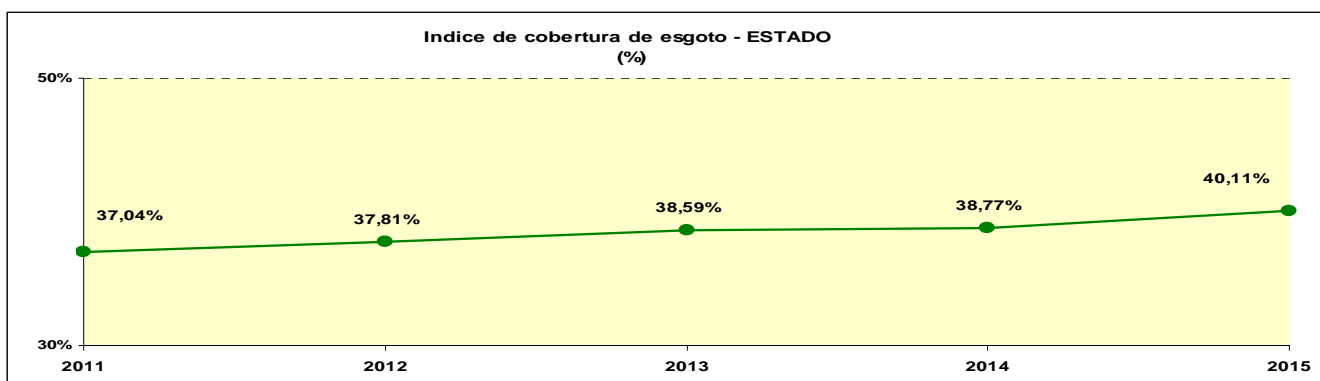
Fonte: Sistema Empresarial de informação

**Quadro 4: População abastecida, ligações, economias, rede e volume faturado no Ceará – Esgoto**

	2011	2012	2013	2014	2015
População Coberta Reais (hab)	1.614.510	1.636.252	1.678.026	1.726.422	1.796.394
Ligações Reais (ud)	473.315	493.927	516.383	542.113	578.274
Economias Ativas Totais (ud)	595.826	616.447	642.546	670.707	711.768
Extensão de Rede (m)	3.973.877	4.037.624	4.300.857	4.556.036	4.471.491
Volume Faturado (m³)	73.935.049	84.956.685	90.416.009	93.189.020	93.921.657

Fonte: Gerência de Planejamento e Expansão e Gerência Faturamento e Arrecadação, dez/2015

**Gráfico 2: Índice de cobertura de esgoto**

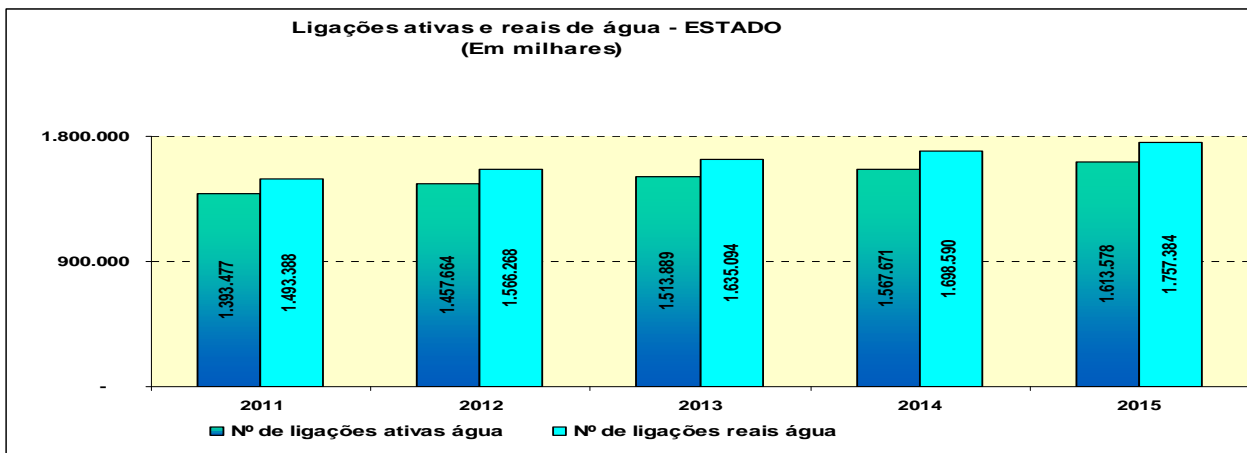


Fonte: Sistema Empresarial de informação

**Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

O gráfico dos últimos cinco anos aponta um contingente de população atendida por rede de abastecimento de água igual a 5,4 milhões de habitantes até dezembro de 2015, o que representa um incremento 377 mil de habitantes atendidos (7,46%) comparando com 2011. Quanto ao índice de atendimento por redes de esgoto houve um incremento de 303 mil de habitantes beneficiados (15,8%).

**Gráfico 3 - Número de ligações reais e ativas de água no período de 2011 a 2015**

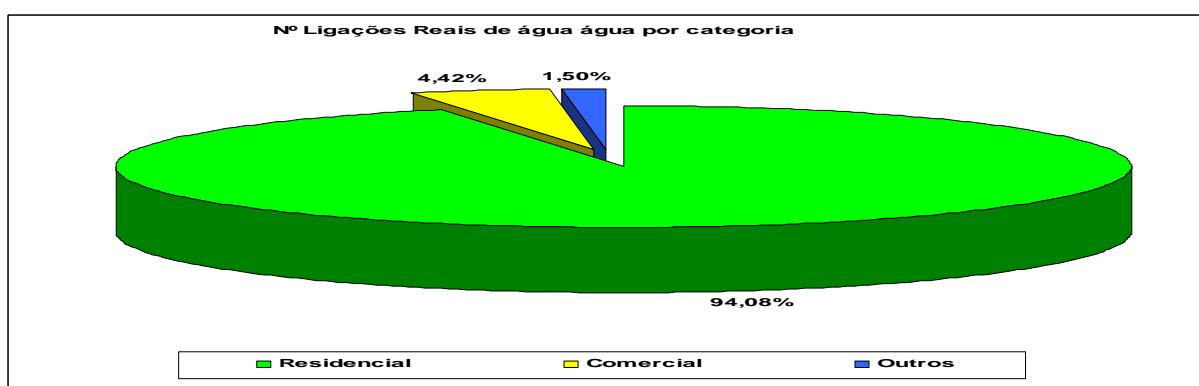


Fonte: Gerência Faturamento e Arrecadação, dez/2015.

As ligações reais correspondem ao somatório de todas as ligações, ativas, inativas e hidrantes, que se encontram conectadas à rede de distribuição. As ligações ativas totais correspondem ao somatório das ligações que se encontram conectadas à rede de distribuição e estão sendo faturadas.

O total de Ligações Reais de água (1.757.384) e de esgoto (578.274) compreende as seguintes categorias: residencial, comercial, industrial, pública, mista e entidades filantrópicas.

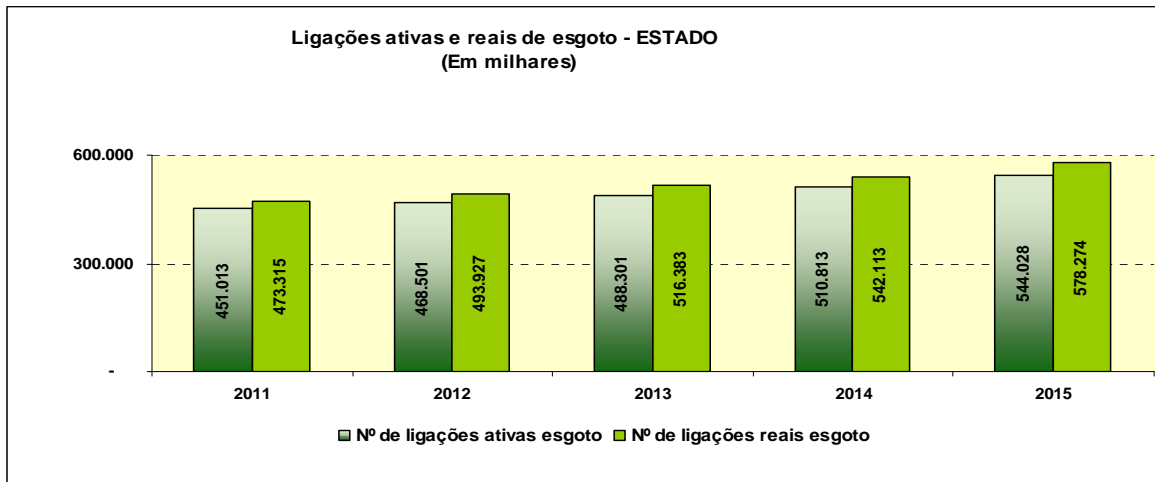
**Gráfico 4 - Número de ligações reais de água por categoria 2015**



Fonte: Gerência Faturamento e Arrecadação, dez/2015.

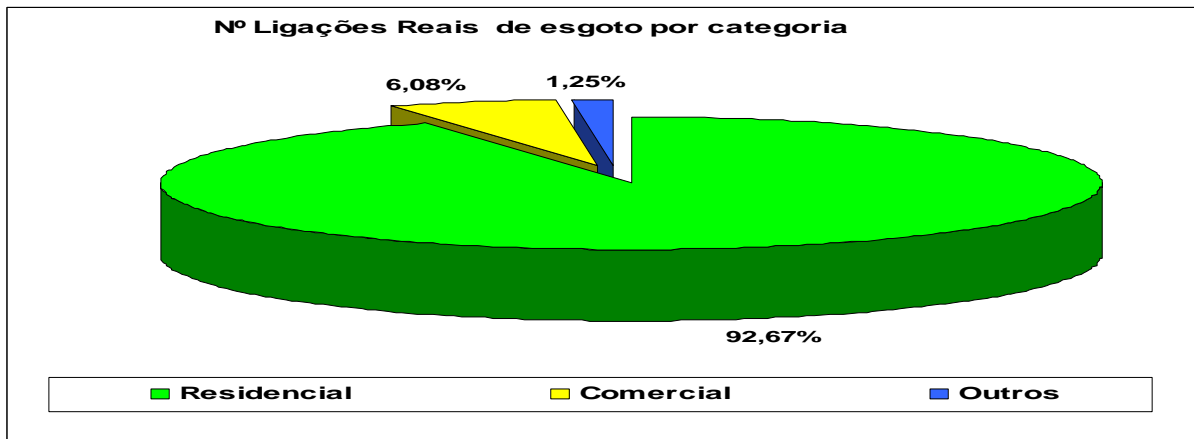
**Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

**Gráfico 5 - Número de ligações reais e ativas de esgoto no período de 2011 a 2015**



Fonte: Gerência Faturamento e Arrecadação, dez/2015.

**Gráfico 6 - Número de ligações reais de esgoto por categoria 2015**

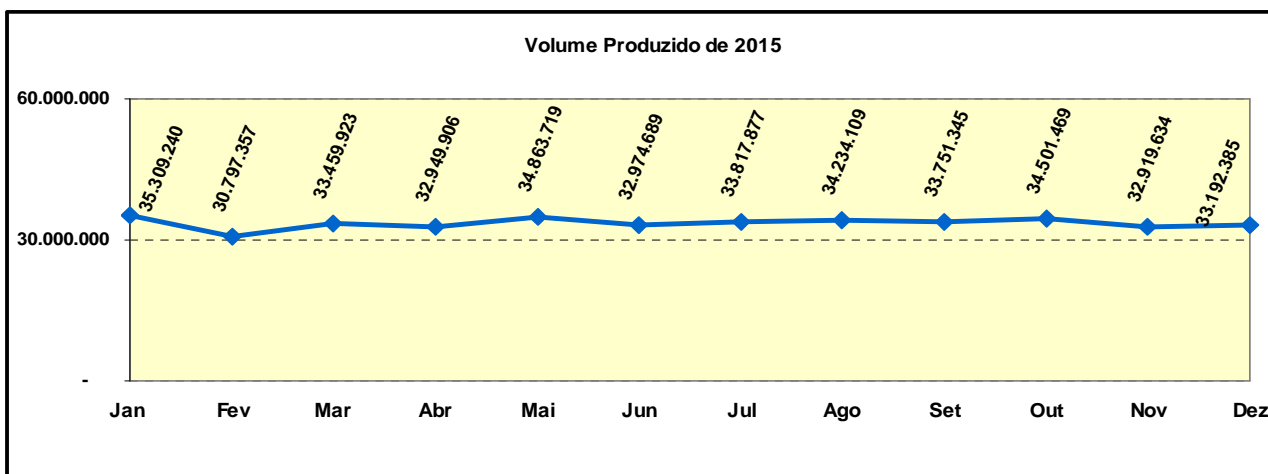


Fonte: Gerência Faturamento e Arrecadação, dez/2015.

**Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

**6.2 Volume produzido e fornecimento de água tratada**

**Gráfico 7 – Volume produzido de água de 2015**



Fonte: Gerência de Desenvolvimento Operacional, dez/2015.

O volume de água tratada produzido pela Cagece em 2015 foi de 402,7 milhões de m<sup>3</sup>, sendo 266,86 milhões m<sup>3</sup> para a capital e 135,9 milhões m<sup>3</sup> para o interior, atendendo aos padrões exigidos pela portaria MS 2914/2011.

Redução de 2,74% em relação ao volume total produzido em 2014, sendo redução de -4,33% no interior e 1,91% na capital.

O macrossistema de distribuição de água da Região Metropolitana de Fortaleza é monitorado e operado pelo Centro de Controle Operacional- CECOP, que controla os dados de forma automatizada, permitindo intervenções imediatas da Empresa. Através da tela dos computadores do Centro e das Unidades de Transmissão Remota (UTR), os técnicos acessam dados como vazão e pressão nas redes, nível dos reservatórios, percentual de cloro, execução de manobras, ligar e desligar elevatórias ou fechar e abrir registros.

**6.3 Perdas nos Sistemas de Distribuição**

No Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS, há três indicadores que diagnosticam perdas em sistemas de distribuição, o Índice de Perdas na Distribuição (IPD), o Índice de Perdas de Faturamento (IPF) e o Índice de Perdas por Ligação (IPL).



## **Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

---

O IN049 refere-se ao IPD, que corresponde à comparação entre o volume de água disponibilizado para distribuição e o volume consumido, ou seja, toda água disponibilizada para distribuição que não chega aos consumidores. O relatório do SNIS mostra que em 2014, o percentual de perda de água na distribuição teve um aumento em relação a 2013, passando de 37,75% para 42,41%.

O IN013 corresponde ao IPF, similar ao Índice de Água Não Faturada (IANF) adotado pela Cagece. Esse indicador é calculado utilizando as variáveis volume de água disponibilizado para distribuição e o volume faturado e se refere à água que deixa de ser efetivamente faturada, levando em consideração todas as regras comerciais para seu cálculo. Em 2014, esse índice aumentou passando de 23,48% em 2013 para 26,50%. Para assegurar a qualidade do indicador, a Companhia realiza ações principalmente de combate à fraude, redução de vazamentos e renovação do parque de hidrômetros.

O IN051 refere-se ao IPL, que é calculado utilizando as seguintes variáveis: volume de água disponibilizado para distribuição, volume consumido e número de ligações. Esse indicador se refere ao volume de água perdido diariamente dividido pelo número de ligações existentes. Esse índice aumentou de 248,82 litros/ligação/dia em 2013 para 283,51 litros/ligação/dia em 2014. Com o objetivo de reduzir o indicador, a Companhia desenvolve ações similares àquelas adotadas para redução de IPD e IPF.

Apesar dessa variação, a Cagece ocupa a 16ª colocação nacional entre 28 prestadoras de serviços com relação ao IPD, 8º lugar com relação ao IANF e 9º lugar com relação ao IPL. No contexto regional (Nordeste), a Companhia tem o 3º menor IPL e é a mais eficiente no IPF..

Em 2015, a Cagece instituiu um comitê multidisciplinar para coordenar ações de curto, médio e longo prazo de combate às perdas de água. Dentre as ações em execução pelo comitê destacam-se:

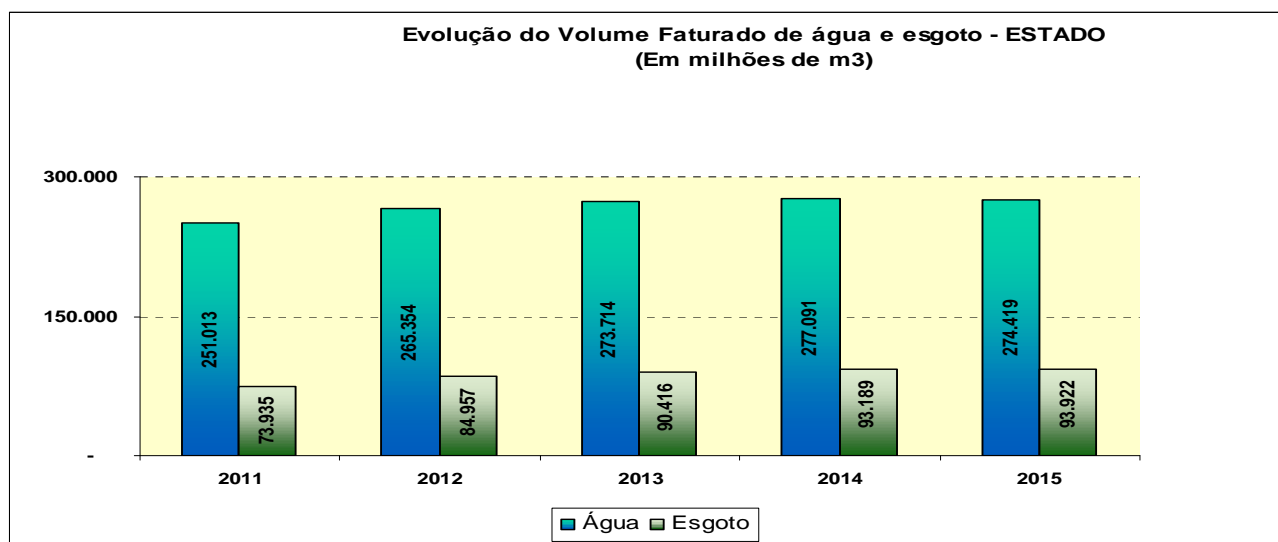
- Revisão de regras comerciais, em relação a volumes dispensados;
- Revisão de normas referentes ao combate a fraudes;
- Definição de um plano de ações para macromedicação;
- Definição de uma política de hidromedicação;
- Proposta de serviços nas áreas de combate a perdas reais e aparentes;
- Planejamento de ações de combate a fraudes de água em áreas clandestinas;
- Planejamento quanto aos materiais estratégico no suprimento;
- Normatização das descargas de rede d'água para atendimento de norma vigente;
- Demais ações demandadas pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CONERH).

**Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

**6.4 Volume faturado**

Embora a receita tenha aumentado em 2015, o volume faturado teve redução no período de 0,96% para água e aumento de 0,79% para esgoto.

**Gráfico 8 – Volume faturado de água no período de 2011 a 2015**



Fonte: Sistema Empresarial de informação, dez/2015.

**6.5 Qualidade da água**

No ano de 2015, o período de estiagem se agravou e a qualidade da água bruta dos mananciais superficiais apresentou uma queda bastante expressiva, apresentando maior dificuldade para tratamento. Muitos mananciais chegaram a exaustão completa. No caso dos sistemas do interior, a maioria da água produzida durante o tratamento era utilizada para lavagem dos filtros, que rapidamente chegavam no limite de operação. Em muitas situações a decisão de continuar abastecendo passou por criteriosa avaliação com relação aos parâmetros de potabilidade da água, com vistas a garantir a segurança da qualidade da água.

Na capital, o suprimento de água para as Estações de Tratamento de Água, Gavião e Oeste, foi garantido através dos mananciais compostos pelos Açudes Pacajus, Pacoti /Riachão/Gavião, que pertencem à Bacia Metropolitana; Açude Castanhão, que pertence à Bacia do Médio Jaguaribe; durante alguns meses Açude Banabuiú, que pertence à Bacia do Banabuiú, além de um reforço adicional do Rio Jaguaribe, através do Canal do Trabalhador para o Açude Pacajus.

## **Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

---

Dessa forma, o abastecimento da capital sofreu o impacto da seca, entretanto a segurança hídrica foi mantida principalmente pelo Açude Castanhão. Mas, para todos os sistemas de abastecimento de água da capital, e especialmente para o interior do Estado, foi necessário utilizar toda a capacidade da tecnologia de tratamento das estações e aumento do uso de produtos químicos devido à presença de altas concentrações de sólidos e algas na água bruta.

Para todos os sistemas de abastecimento de água da Cagece, a qualidade foi monitorada através do cumprimento dos planos de amostragem apresentados a Vigilâncias Sanitárias Municipais, conforme exige a Portaria nº 2914 do Ministério da Saúde. Os parâmetros avaliados foram: potabilidade para consumo humano, microbiológicos, substâncias químicas que representam risco à saúde, cianobactérias, cianotoxinas, assim como parâmetros relativos ao padrão organoléptico.

Para cada etapa dos sistemas de abastecimento, desde a captação da água bruta, tratamento nas Estações, até a distribuição da água tratada nas redes, a Cagece manteve o monitoramento da qualidade da água através de sua rede de laboratórios. Atualmente a Cagece possui 206 Laboratórios de análises de água, sendo 09 laboratórios regionais de médio porte, localizados nas cidades de Russas, Itapipoca, Crateús, Sobral, Acopiara, Juazeiro, Quixadá, Tianguá e Fortaleza, responsáveis pelo monitoramento da qualidade da água distribuída à população através das Redes; 196 laboratórios operacionais, localizados nas estações de tratamento de água, responsáveis por realizar o controle da qualidade da água produzida a cada 2 horas; e o Laboratório Central, localizado em Fortaleza, que é a maior unidade laboratorial com aproximadamente 2.300m<sup>2</sup> distribuídos entre ambientes de análises, preparação de amostras, unidades de esterilização de frascos de coletas, dentre outros; com equipamentos de última geração, o qual realiza o monitoramento da água distribuída na capital e dá suporte aos Sistemas do interior, através da realização de análises de média e alta complexidade, como é o caso das análises de microalgas, cianotoxinas, agrotóxicos e subprodutos da cloração.

Com sua rede de laboratórios de análises de água, a Cagece realizou em 2015 - 1.790.565 (Um milhão, setecentos e noventa mil, quinhentos e sessenta e cinco) análises laboratoriais.

Como medida de aferição da confiabilidade analítica destes laboratórios, a Cagece em 2015 participou de diferentes programas de proficiência laboratorial. São vários os benefícios advindos da participação neste tipo de programa, dentre eles destacamos a comparação que o laboratório pode fazer do seu desempenho frente a laboratórios semelhantes de todos os Estados da Federação. A Cagece participou, com três unidades analíticas do Laboratório Central, de cinco rodadas com o provedor de ensaio de proficiência ABES PROÁGUA de Franca do estado de São Paulo e uma unidade analítica com os provedores Rede Metrológica do Rio Grande do Sul e Abraxis LCC, sendo o último de caráter internacional. Ainda em 2015 foi realizada uma rodada do ensaio interlaboratorial

## Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

---

da Cagece para os parâmetros físico-químicos de água (turbidez, pH, cor aparente, flúor e cloro residual livre) e uma rodada de intralaboratorial para os parâmetros hidrobiológicos (identificação e contagem de cianobactérias), visando melhorar ainda mais as ferramentas de controle dos laboratórios da Companhia.

### 6.6 Tratamento de esgoto

Para exercer a prestação dos seus serviços no âmbito do esgotamento sanitário, a Cagece também desempenha as funções de planejar, projetar, construir, operar e manter sistemas completos de esgotamento sanitário, bem como de comercializar serviços e atender seus clientes.

Atualmente, cerca de 2,18 milhões de habitantes do Estado do Ceará dispõem de sistema de esgotamento sanitário. Em que pese todos os esforços e investimentos pela expansão das redes coletoras, a falta de condições econômicas de uma parcela dos clientes para adaptar as instalações sanitárias de sua residência a essas tubulações faz com que o esgoto continue a ser descartado de forma inadequada. A Cagece e o Governo do Estado do Ceará envidam esforços para reverter esse quadro. Desde 2013, foi lançada a Carta Cariri, programa específico para os municípios da Região do Cariri Cearense, que conta com o suporte do Ministério Público Estadual e tem o objetivo de conscientizar a população a efetuar a interligação ao sistema de esgoto.

A Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) é um dos maiores desafios para a empresa no que diz respeito ao sistema de esgotamento sanitário. Além de concentrar quase a metade da população total do Estado, a histórica ocupação desordenada do solo, que se intensificou nos últimos 10 anos, ampliou a degradação ambiental. O índice de cobertura de esgotamento sanitário em Fortaleza no mês de dezembro de 2015 foi de 57,10%.

O macrossistema de esgotamento sanitário de Fortaleza está dividido em três grandes bacias: Bacia da Vertente Marítima, a Bacia do Rio Siqueira e a Bacia do Rio Cocó. A bacia de esgotamento da vertente marítima possui grandes sistemas elevatórios, que transportam o efluente coletado na cidade até a EPC – Estação de pré-condicionamento, que promove a remoção da areia e dos materiais sólidos e grosseiros, para o lançamento no mar através do emissário submarino. De forma preventiva, evitando principalmente que as praias sofram qualquer tipo de poluição ou contaminação, a Cagece faz o acompanhamento físico-químico e bacteriológico da pluma de dispersão do efluente lançado no mar, visando atender todas as diretrizes do Órgão Ambiental.

Fortaleza e Região Metropolitana também possuem sistemas isolados compostos por 49 estações de tratamento de esgotos - ETE, 14 unidades padrão do Programa Minha Casa Minha Vida, e ainda 91 estações elevatórias. As estações de tratamento possuem diferentes capacidades, e diferentes

## **Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

---

tecnologias, sendo decanto-digestor seguido de filtro anaeróbio, reatores UASB, lagoas de estabilização e sistemas de lodos ativados.

Para o controle dos equipamentos das várias unidades do sistema de esgotamento de Fortaleza, a Cagece dispõe de um sistema de automação de controle do esgoto (CECOE). Este sistema permite operar remotamente parte das estações elevatórias e a EPC – Estação de Pré-condicionamento. Este sistema também tem a capacidade de gerar e armazenar os dados históricos, para que possam ser analisados quando da ocorrência de alguma falha, quebra ou anomalia.

A partir do avanço da cobertura de esgoto em Fortaleza, o Plano Diretor de Esgotos Sanitários prevê a desativação dos sistemas isolados, que requerem mão de obra intensiva, com elevado custo de manutenção e operação, e a sua substituição por 03 (três) novas estações avançadas de tratamento de esgoto: ETE Cocó, ETE Miriú e ETE Siqueira, localizadas nas 3 (três) grandes bacias hidrográficas da região metropolitana.

A Cagece faz o gerenciamento e disposição final de todos os resíduos gerados pelo sistema de esgotamento sanitário em Fortaleza, sejam eles advindos de estações elevatórias, estações de tratamento, ou mesmo da limpeza das redes coletoras e grandes interceptores. Todo o volume é disposto no Aterro Sanitário Municipal Oeste de Caucaia – ASMOC.

No interior do Estado, uma parcela dos esgotos coletados nos centros urbanos ainda é lançada indevidamente em cursos d'água. Nos últimos anos, a Cagece vem investindo em infraestrutura sanitária, com a execução de novas ligações, ampliação da cobertura com coleta e interceptação dos esgotos gerados e implantação de novas estações de tratamento de esgoto. Os principais investimentos em expansão dos sistemas de esgoto estão acontecendo em Jaibas, Juazeiro do Norte, Marco, Tauá, Tianguá e Viçosa do Ceará.

## **7. ESTRUTURA TARIFÁRIA**

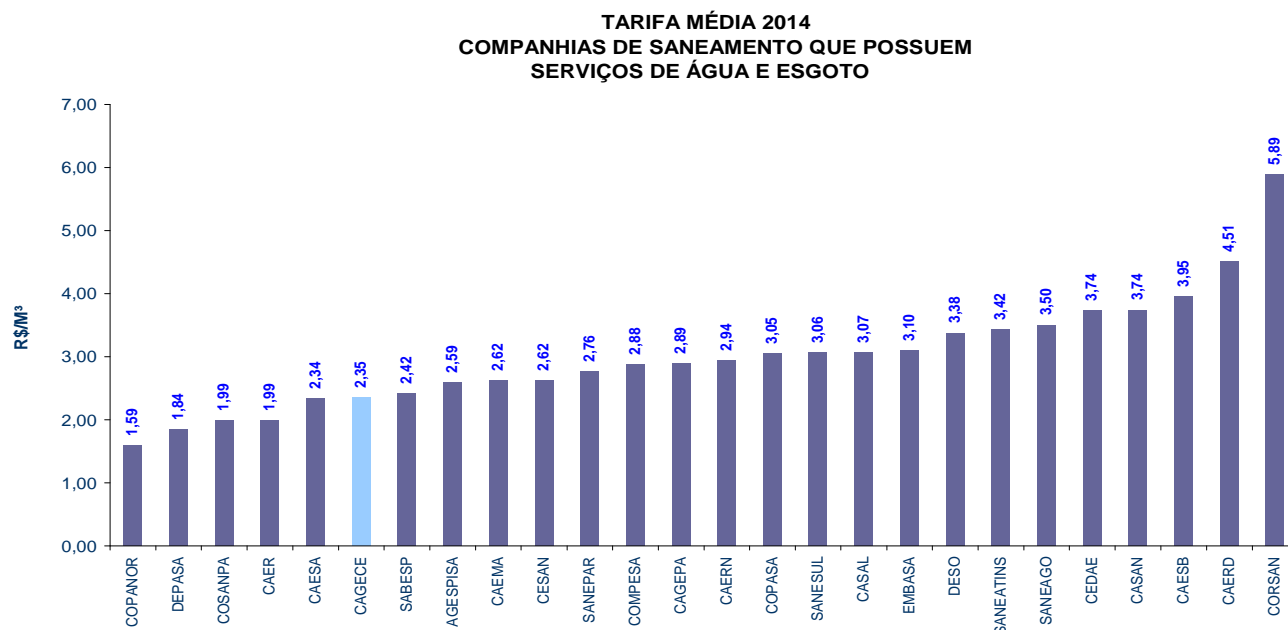
A estrutura tarifária da Companhia adota várias categorias de consumo, com a finalidade principal de subsidiar a tarifa paga pelos clientes com menor poder aquisitivo e de incentivar o consumo consciente. Dos clientes residenciais, 81% consomem até 15m<sup>3</sup> e representam 45% do faturamento da Companhia.

De acordo com dados de 2014 do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), a tarifa média da Cagece está entre as seis menores de serviços de água e esgoto do país. A tarifa da Companhia é aprovada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do

**Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

Ceará (Arce) e pela Agência de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental de Fortaleza (Acor), conforme determina a legislação vigente.

**Gráfico 9 - Tarifa média 2014**



Fonte: SNIS 2014

O modelo tarifário da Cagece leva em consideração os custos dos serviços de água e esgoto. Estes custos são representados pelas despesas de pessoal, energia elétrica, material de manutenção, produtos de tratamento, combustíveis, depreciação e uma parcela para fazer frente aos juros e amortizações de financiamentos realizados para implantação de sistemas de água e esgoto e para novos investimentos.

Entretanto, como forma de proporcionar o acesso ao serviço de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a Cagece adota como prática a utilização de uma tarifa social para imóveis que obedeçam aos critérios de padrão social de baixa renda. A Tarifa Social obedece às regras estabelecidas na Resolução 047/15 DPR/Cagece.

Em 2015 ocorreu revisão extraordinária aplicada sobre as tarifas da Cagece representando um acréscimo não linear de 12,90% para os residentes da capital e interior do estado do Ceará. A revisão extraordinária é aplicada quando há risco de desequilíbrio nas contas da Companhia, ou seja, quando o retorno obtido com a aplicação das tarifas não é suficiente para manter a qualidade dos serviços prestados, de forma que a empresa possa honrar com os seus compromissos financeiros. Esta

**Relatório da Administração do  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

medida é tomada para que não haja o comprometimento da continuidade da prestação do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário ao consumidor. Ressalte-se, porém, que o valor da tarifa média calculada para este período foi de R\$ 2,43 frente ao custo médio de R\$ 3,64, o que representa uma defasagem de 33,33%.

O Quadro 5 a seguir apresenta a estruturas tarifárias adotadas pela Cagece em 2015, vigentes a partir das de 19/12/2015 para Fortaleza e 20/12/2015 para o interior do Estado:

**Quadro 5 – Estruturas tarifária da Cagece**

Categoria	Faixa de Demanda (m <sup>3</sup> )	Tarifa Água (R\$/m <sup>3</sup> )	Tarifa Esgoto (R\$/m <sup>3</sup> )
Residencial Social - Demandas máximas (10m <sup>3</sup> )	0 a 10	0,87	0,87
Residencial Popular - Demandas mínimas (10m <sup>3</sup> de água e 8m <sup>3</sup> de esgoto)	0 a 10	1,75	1,75
	11 a 15	2,98	2,98
	16 a 20	3,22	3,22
	21 a 50	5,57	5,57
	> 50	9,92	9,92
Residencial Normal - Demandas mínimas (10m <sup>3</sup> de água e 8m <sup>3</sup> de esgoto)	0 a 10	2,49	2,76
	11 a 15	3,22	3,55
	16 a 20	3,50	3,84
	21 a 50	5,99	6,59
	> 50	10,59	11,65
Comercial Popular - Demandas mínimas (7m <sup>3</sup> de água e 5m <sup>3</sup> de esgoto)	0 a 13	2,99	3,29
Comercial II - Demandas mínimas (10m <sup>3</sup> de água e 8m <sup>3</sup> de esgoto)	0 a 50	6,26	6,90
	>50	9,92	10,91
Industrial - Demandas mínimas (15m <sup>3</sup> de água e 12m <sup>3</sup> de esgoto)	0 a 15	5,53	6,09
	16 a 50	6,56	7,21
	>50	10,19	11,21
Pública - Demandas mínimas (15m <sup>3</sup> de água e 12m <sup>3</sup> de esgoto)	0 a 15	3,64	4,01
	16 a 50	5,43	5,96
	>50	8,71	9,58
Entidades Filantrópicas - Demandas mínimas (10m <sup>3</sup> de água e 8m <sup>3</sup> de esgoto)	0 a 10	1,75	1,75
	11 a 15	2,95	2,95
	16 a 20	3,17	3,17
	21 a 50	5,43	5,43
	> 50	9,58	9,58

Fonte: Resolução 047/2015 – Arce - Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará, nov/2015

No mês de novembro de 2015 a Cagece recebeu autorização, por parte das agências reguladoras Arce e Acor, para aplicação da Tarifa de Contingência. Tal fato deveu-se a grave situação de escassez hídrica comprovada pelo baixo nível de armazenamento dos reservatórios que atendem a Região Metropolitana de Fortaleza. A tarifa de contingência tem o objetivo de induzir a redução do consumo de água, visando assim evitar o agravamento da situação de escassez nos municípios da RMF. A tarifa de contingência passou a vigorar a partir de 19/12/2015 para Fortaleza e 20/12/2015 para o interior do Estado.



## **8. INVESTIMENTOS**

A Cagece opera nas sedes municipais e distritais de 151 municípios do Estado do Ceará, totalizando 267 sistemas de tratamento e fornecimento de água, dos quais 83 também contam com sistemas de coleta, tratamento e disposição final de esgotos domésticos. A operação adequada de tais sistemas, dentro dos padrões regulatórios e legais, é tarefa que pressupõe sustentabilidade econômico-financeira dos serviços.

A Cagece não remunera seus acionistas, reinvestindo seu eventual lucro na consecução do seu mister. Como se trata de atividade com custos intensos, sobretudo com as condições hidrológicas adversas com as quais se convive e que ora se intensificam, o eventual resultado que se obtém, a par de ser pequeno em valores nominais e portanto insuficiente para fazer face à necessidade de investimento, deve ser ponderado com o nível de operação que é fática e financeiramente possível.

Ainda assim, a Cagece envida todos os esforços na realização de ações de melhoria e modernização operacional e desenvolvimento institucional com vistas à melhoria contínua dos seus indicadores e a expansão dos seus serviços.

Os recursos orçamentários aplicados pela Cagece para tais ações provêm, em sua maior parte, de recursos financeiros provenientes de convênios firmados com a União (fontes 82 e 90) e com o Governo do Estado do Ceará, nas fontes Tesouro do Estado (00), Fundo Estadual de Combate à Pobreza (10), Crédito Externo (57) e Aporte de Capital (95). Além desses, a Cagece também utiliza recursos próprios diretamente arrecadados (fonte 70), de operações de crédito interno (fonte 71) e de operações de crédito externo (fonte 72). É importante ressaltar que a Cagece recebe recursos orçamentários do Governo Estadual para investimentos em sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário e desenvolvimento institucional, mas não recebe para o custeio de suas atividades operacionais, o que evidencia sua condição de empresa não dependente.



**Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**
**Quadro 6 – Principais obras em andamento em SES**

<b>SES - SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO</b>				
<b>Município</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor contratado (R\$)</b>	<b>População beneficiada</b>	<b>Valor investido 2015 (R\$)</b>
Horizonte	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Horizonte – 2ª Etapa.	R\$ 19.975.711	27.110	R\$ 2.114.203
Tauá	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Tauá – 2ª Etapa.	R\$ 11.096.450	28.087	R\$ 1.624.903
Viçosa do Ceará	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Viçosa do Ceará	R\$ 14.286.526	11.796	R\$ 5.476.304
Caucaia	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário do Residencial José Lino da Silveira - Caucaia	R\$ 5.365.533	14.080	R\$ 3.388.456
Maranguape	Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário de Maranguape	R\$ 27.752.202	36.145	R\$ 625.217
Fortaleza	Ampliação do sistema de esgotamento sanitário de Fortaleza das Bacias CD1, CD2 e CD3-Meta 1. (CD: Margem Direita do Rio Cocó)	R\$ 103.448.238	118.502	R\$ 38.450.735
Fortaleza	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário da Bacia SE2 (SE: Margem Esquerda do Rio Cocó)	R\$ 13.226.472	27.703	R\$ 1.338.316
Fortaleza	Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza das Bacia SD-6 (SD: Margem Direita do Rio Siqueira)	R\$ 17.727.428	54.917	R\$ 69.917
Fortaleza	Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário Macrossistema (Cocó/Interceptor) em Fortaleza	R\$ 82.137.633	235.000	R\$ 419.063
<b>Total Capital</b>		<b>R\$ 216.539.770</b>	<b>R\$ 436.122</b>	<b>R\$ 40.278.032</b>
<b>Total Interior</b>		<b>R\$ 78.476.422</b>	<b>R\$ 117.218</b>	<b>R\$ 13.229.082</b>

Fonte: Gerência de Acompanhamento de Programas e Empreendimentos

**Relatório da Administração do  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

**Quadro 7 – Principais obras em andamento em SAA**

<b>SAA - SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA</b>				
<b>Município</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor contratado (R\$)</b>	<b>População beneficiada</b>	<b>Valor investido 2015 (R\$)</b>
Fortaleza	Ampliação da Estação de Tratamento de Água da zona Oeste de Fortaleza – ETA OESTE	R\$ 150.763.439	1.600.000	R\$ 5.103.742
Fortaleza	Execução das Obras de Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Fortaleza Setor Messejana	R\$ 17.710.960	495.373	R\$ 1.450.867
Tianguá	Ampliação e Melhoria no Sistema de Abastecimento de Água de Tianguá	R\$ 2.533.323	68.530	R\$ 1.744.220
Hidrolândia	Sistema de Abastecimento de Água de Hidrolândia	R\$ 3.525.403	13.651	R\$ 957.380
Umirim	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Umirim, Oiticica e Caxitoré – CE	R\$ 8.728.835	11.599	R\$ 3.128.678
Sobral	Ampliação e Melhoria do Sistema de Abastecimento de Água Jaibaras em Sobral	R\$ 4.650.024	900	R\$ 1.105.449
Caucaia	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Capuan em Caucaia	R\$ 13.375.538	9.828	R\$ 1.629.659
Juazeiro do Norte	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Aeroporto, Triângulo e São José em Juazeiro do Norte	R\$ 6.498.469	51.652	R\$ 959.223
Russas	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Russas	R\$ 10.274.841	36.103	R\$ 1.078.853
Tauá	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água de Tauá	R\$ 21.056.020	44.861	R\$ 11.038.547
Aracati	Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água Canoa Quebrada em Aracati	R\$ 1.000.684	346	R\$ 179.072
Quixadá	Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Quixadá	R\$ 5.716.212	81.697	R\$ 1.467.332

**Relatório da Administração do  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

Quixaba	Implantação do Sistema de Abastecimento de Água de Rodrigues, Pontal, Marjolândia e Quixaba	R\$ 4.559.414	6.721	R\$ 1.317.286
KFW	KFW II Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais em 30 localidades	R\$ 22.947.369	39.415	R\$ 901.005
Cascável	Implantação do Sistema de Abastecimento de Cascavel - Adutora de Água Bruta	R\$ 4.993.986	37.651	paralisada em 2015
<b>Total Capital</b>		<b>R\$ 168.474.398</b>	<b>2.095.373</b>	<b>R\$ 6.554.609</b>
<b>Total Interior</b>		<b>R\$ 109.860.119</b>	<b>402.954</b>	<b>R\$ 25.506.704</b>

Fonte: Gerência de Acompanhamento de Programas e Empreendimentos

**Quadro 8 – Principais obras em andamento SAA+SES**

SAA+SES				
Município	Objeto	Valor contratado (R\$)	População beneficiada	Valor investido 2015 (R\$)
Fortaleza	Sistema de Abastecimento de Água e Sistema de Esgotamento Sanitário Residencial Cidade Jardim	R\$ 10.451.042	22.144	R\$ 1.762.626

Fonte: Gerência de Acompanhamento de Programas e Empreendimentos

**9. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**9.1 Receita Bruta de Serviços**

No ano de 2015, a Cagece obteve uma receita bruta na ordem de R\$ 919,5 milhões, sendo R\$ 671,7 milhões com serviços de abastecimento de água, R\$ 247,8 milhões com serviços de esgotamento sanitário. Além disso, a Companhia registrou um montante de R\$ 108,7 milhões com receitas dos contratos de construção.

A receita bruta, desconsiderando a receita de construção, teve um crescimento de R\$ 20 milhões (2,3%) em relação ao mesmo período de 2014. O crescimento deve-se ao incremento de ligações de água e esgoto e à revisão extraordinária aplicada sobre as tarifas da Cagece, a partir de dezembro de 2015, representando um acréscimo de 12,90% de forma não linear para todas as categorias e

**Relatório da Administração do  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

faixas de consumo em todo o Estado do Ceará.

Em atendimento ao pronunciamento de nº 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a Companhia registrou receita de construção no valor de R\$ 108,7 milhões. Em relação ao mesmo período de 2014 teve uma redução de R\$ 39,1 milhões (26,5%).

**Quadro 9 – Receitas de Serviços**

<b>Produto</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Var. Abs.</b>	<b>Var. %</b>
Receita de Água	671.686	659.004	12.682	1,92%
Receita de Esgoto	247.849	240.222	7.627	3,17%
<b>Receita Operacional de Água e Esgoto</b>	<b>919.535</b>	<b>899.226</b>	<b>20.309</b>	<b>2,26%</b>
Receita de Construção	108.699	147.817	(39.118)	-26,46%
<b>Receita Bruta de Serviços</b>	<b>1.028.234</b>	<b>1.047.043</b>	<b>(18.809)</b>	<b>-1,80%</b>

Fonte: Gerência de Controladoria, março 2016

**9.2 Custos e despesas**

Os custos dos serviços prestados e as despesas comerciais e administrativas no ano de 2015 totalizaram R\$ 880,4 milhões, representando uma redução de 25,5% em relação ao ano de 2014.

- Depreciação e Amortização (2015: R\$ 68,8 milhões; 2014: R\$ 494,5 milhões). A redução dos custos de depreciação e amortização no ano de 2015 comparados ao mesmo período em 2014 deve-se à diferença dos custos de depreciação e amortização apurada no recálculo do período de 2009 a 2013, decorrente da adoção do custo atribuído, e registrada em 2014.
- No grupo Pessoal, a maior redução foi em Plano de Aposentadoria – Indenizações PRSP. No ano de 2014, foram 100 adesões e, em 2015 foram apenas 24 adesões.

**Relatório da Administração do  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

**Quadro 10 – Custos e Despesas**

Descrição	2015	2014	Var. Abs.	Var. %
Custos dos Serviços Prestados	547.637	872.657	(325.020)	-37,24%
Despesas Comerciais	96.292	86.945	9.347	10,75%
Despesas Administrativas	236.524	221.826	14.698	6,63%
<b>Total</b>	<b>880.453</b>	<b>1.181.428</b>	<b>(300.975)</b>	<b>-25,48%</b>

Fonte: Gerência de Controladoria

**Quadro 11 – Custos Operacionais**

Descrição	2015	2014	Var. Abs.	Var. %
Insumos	194.255	145.776	48.479	33,26%
Serviços	176.592	147.863	28.729	19,43%
Pessoal	88.724	76.159	12.565	16,50%
Depreciação e amortização	68.837	494.464	(425.627)	-86,08%
Materiais	26.176	17.880	8.296	46,40%
Custos gerais	22.159	15.707	6.452	41,08%
Concessão	7.616	7.786	(170)	-2,18%
(-) Créditos de PIS e COFINS	(36.720)	(32.978)	(3.742)	11,35%
<b>Total</b>	<b>547.637</b>	<b>872.657</b>	<b>(325.020)</b>	<b>-37,24%</b>
(-) Ajuste Deprec/Amort. 2009 a 2013	68.837	494.464	(425.627)	-86,08%
<b>Total Ajustado</b>	<b>478.801</b>	<b>378.193</b>	<b>100.608</b>	<b>26,60%</b>

Fonte: Gerência de Controladoria, março 2016

- **Custo de Construção:** A Companhia passou a reconhecer os custos e receitas de construção, a partir de 1º de janeiro de 2009, em função da adoção da ICPC 01 (Contratos de Concessão). As obras e melhorias na infraestrutura passaram a ser consideradas como "receita de construção", a valor justo (mercado), e seus respectivos custos aplicados na construção passaram a ser reconhecidos como "custo de construção". Em atendimento ao pronunciamento de nº 17 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, a Companhia registrou custo de construção no valor de R\$ 108,7 milhões. Em relação ao mesmo período de 2014 teve uma redução de R\$ 39,1 milhões (26,5%).

**Relatório da Administração do  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

**9.3 Resultado Líquido**

O Prejuízo Líquido no ano de 2015, no montante de R\$ 128,97 milhões, representa uma redução de R\$ 122,71 milhões (48,76%) em relação ao ano de 2014. Essa redução deve-se ao aumento da receita e redução dos custos citados anteriormente.

**Quadro 12 – Resultado líquido**

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Var. Abs.</b>	<b>Var. %</b>
Receita Líquida	942.330	962.831	(20.501)	-2,13%
Patrimônio Líquido	2.243.786	2.463.932	(220.146)	-8,93%
<b>Total</b>	<b>3.186.116</b>	<b>3.426.763</b>	<b>(240.647)</b>	<b>-7,02%</b>

<b>Descrição</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>	<b>Var. Abs.</b>	<b>Var. %</b>
Lucro Líquido/Prejuízo do Exercício	(128.969)	(251.678)	122.709	-48,76%
Depreciação e Amortização	72.051	497.454	(425.403)	-85,52%
Resultado Financeiro	(103.530)	(12.358)	(91.172)	737,76%
Imposto de Renda e Contribuição Social	27.817	115.989	(88.172)	-76,02%
<b>Total</b>	<b>(132.631)</b>	<b>349.407</b>	<b>(482.038)</b>	<b>-137,96%</b>

Fonte: Gerência de Controladoria, março 2016

**10. AVALIAÇÃO DOS BENS**

Em 2015, a Cagece deu continuidade aos trabalhos iniciados em 2014 visando um maior controle dos bens patrimoniais da Companhia, analisando sistemas e bancos de dados utilizados para controle dos processos internos das unidades de serviço e de negócio que tem como reflexo impacto direto na base de dados do ativo. São propostas mudanças significativas nos fluxos dos processos das gerências correlacionadas e conseqüentemente nas funcionalidades dos sistemas por elas utilizadas para atendimentos às necessidades de melhorias propostas através nas alterações dos fluxos e possibilitar, I, a integração com o módulo de Ativo – ERP – Protheus. Como forma de retratar a eficiência das atividades da gerência nos controles das informações da Companhia foram propostos indicadores setoriais que refletiram a eficiência e otimiza o acompanhamento das atividades.

Em relação a ativação de bens, são realizados mensalmente imobilizações de bens oriundos das

## Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

---

aquisições feitas através do setor de suprimentos, de contratos de obras e de serviços de engenharia a medida que os bens são postos em operação. Para os bens móveis, que tem característica de investimento, são identificados através de tombamento e dispostos na base de ativo dentro do mesmo mês que são atendidos e utilizados.

A Cagece aperfeiçoou a ferramenta de transferência disponível no módulo de Ativos, implementando melhorias fundamentais para o acompanhamento eficiente dos bens dispostos por centros de custo, evitando a impressão de papéis de formulários. Esta rotina de transferência e controle trabalha com alçadas de solicitação e aprovação pelos gestores das unidades.

Para melhoria e controle das informações de imóveis da Companhia, foram feitas alterações e inclusões de campos no sistema de imóveis como forma de disponibilizar para o cliente interno todas as informações necessárias para gerir os bens imóveis em suas respectivas unidades de negócio. Com uma revisão do banco cadastral dos imóveis, indexando os respectivos registros e escrituras, foram disponibilizados comprovantes de pagamentos de tributos vinculados a cada imóvel, por exercício, georreferenciamento, laudos de avaliação, croquis, memoriais descritivos, relatórios gerenciais, dentre outras informações que potencializam a guarda e o controle destes bens.

A Cagece, percebendo a oportunidade de geração de receita imediata, otimização dos recursos, o atendimento as legislações vigentes e maior eficiência no processo de alienação de bens inservíveis descartados pela operação da Companhia, iniciou o procedimento de realização de leilões destes bens.

### 11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Cagece tem o compromisso de compatibilizar suas atividades com a preservação do meio ambiente, dentro dos princípios do desenvolvimento sustentável, visando assegurar que suas atividades atendam aos requisitos legais e corporativos. Nesse sentido, a empresa desenvolve, de forma contínua, diversos projetos de controle socioambiental, dentre os quais destacam-se:

- **Monitoramento e Controle Ambiental do Sistema de Disposição Oceânica de Esgotos de Fortaleza (SDOES).** Os esgotos de Fortaleza têm como solução final a disposição oceânica. Antes, porém, estes efluentes recebem um tratamento primário na Estação de Pré-Condicionamento (EPC) para a retirada de materiais finos, grossos e areia através de gradeamento, peneiração e desarenação mecanizados. Após esse processo de retenção de materiais sólidos, os efluentes são bombeados para o mar através do emissário submarino com 3,2 km de extensão.

## Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

---

- **Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P:** é um projeto formulado e disseminado nas três esferas governamentais pelo Ministério do Meio Ambiente - MMA, desenhado para desempenhar um papel estratégico na revisão dos padrões de produção e consumo e na adoção de novos referenciais em busca da sustentabilidade sócio-ambiental. Essencialmente, a A3P busca estimular os gestores e colaboradores da Companhia a incorporar princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras, com vistas à economia de recursos naturais e redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos. A Cagece aderiu à A3P em 2010 e, desde então, vem desenvolvendo ações contínuas que promovem o atendimento as diretrizes estabelecidas pela Agenda.

No ano de 2015, a A3P desenvolveu e acompanhou projetos/ações voltados para os seguintes eixos estratégicos:

- **Gestão adequada dos resíduos gerados:** a Cagece arrecadou 5.500 kg de resíduos recicláveis e encaminhou à Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos de Fortaleza (Coopmares). Um dos objetivos dessa ação é promover o engajamento dos empregados no esforço a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento das cooperativas e associações de catadores, conforme estabelecido em lei.
- **Projeto de Descontaminação de Lâmpadas Fluorescentes:** a Cagece promoveu a coleta, o acondicionamento e o descarte ambientalmente corretos de 1.010 lâmpadas fluorescentes utilizadas nas suas unidades.
- **Sensibilização e Capacitação dos Servidores:** ao longo do ano de 2015, cerca de 400 colaboradores, dentre empregados próprios, terceiros e estagiários, das Unidades de Negócio da Capital e do Interior receberam treinamento sobre o projeto A3P e coleta seletiva de resíduos.
- **Eliminação de copos descartáveis:** esse projeto tem por objetivo reduzir o passivo gerado na empresa em razão do uso de copos descartáveis. Até a implementação do projeto, o consumo de copos descartáveis na sede da Companhia era, em média, de 65.000 unidades por mês. Depois da implantação do projeto, o consumo foi reduzido para uma média de 4.000 unidades por mês.
- **Simpósio Ambiental:** em 2015, a Cagece promoveu o II Simpósio Ambiental, com a temática "Energias Renováveis". O evento enfatizou as discussões sobre os aspectos mais relevantes do tema e como a Cagece pode se inserir neste contexto.
- **Consumo Sustentável de água e energia:** em 2015, a Cagece realizou em suas instalações sanitárias da sede administrativa, a troca de torneiras e descargas comuns por torneiras de fechamento automático e descargas de duplo acionamento. A medida possibilitou uma redução de aproximadamente R\$ 2.000,00/mês desde sua implantação.



## Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

---

Em 2015, A Cagece participou do 6º Prêmio A3P – Melhores Práticas de Sustentabilidade, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente, e obteve o Selo Prata pela entrega do Relatório Anual das atividades desenvolvidas no projeto A3P, o que comprova o empenho em cumprir as metas e o compromisso com o crescimento sustentável.

### 11.1 Projetos de Reúso

Em 2015 foi aprovado junto à Agência Nacional de Águas (ANA) o recurso para readequação do Centro de Reúso em Aquiraz-CE, que contempla a criação de áreas de Trilha ecológica, Unidades Técnico Demonstrativas, Unidades de pós-tratamento, produção de mudas e Unidade para desenvolvimento de pesquisas, o qual contará com diversas tecnologias de reúso de água para fins agrícolas em escala plena para demonstração e treinamento de agricultores, extensionistas rurais, associações, membros de comitês de bacias e alunos de escolas de diversos níveis. Ainda no Centro de Reúso a Cagece iniciou em 2015 as obras do laboratório e áreas administrativas do Centro de Reúso, as quais são contrapartidas aos recursos mencionados.

A Cagece atua também como interveniente em projetos de reúso agrícola da Agência Nacional das Águas- ANA em parceria com as prefeituras de Catarina e Nova Jaguaribara.

Em parceria com o Instituto Federal do Ceará foram desenvolvidas pesquisas para utilização do esgoto doméstico tratado na produção de culturas agrícolas como o feijão e o maracujá na Serra da Ibiapaba. A Cagece está elaborando projetos para instalação de cerca viva na área das Estação de Tratamento de Esgoto - ETEs para que se possa dar um destino mais adequado do efluente além de se obter melhorias estéticas e de segurança.

Ainda em 2015, foram elaborados projetos de reúso em ETEs que necessitavam de uma melhor destinação do efluente gerado, como é o caso do projeto para criação de um Sistema modelo de reúso para Vila de Jericoacoara visando à redução dos teores de nitrato no solo através da fitorremediação, projeto este submetido ao edital do Ministério Público.

### 11.2 Projeto de Aproveitamento de subprodutos

Durante os processos de tratamento de esgoto são produzidos alguns subprodutos na forma sólida, semi-sólida, líquida e gasosa, os quais podem requerer tratamento específico antes de sua disposição no meio ambiente, sendo, porém passíveis de reaproveitamento. Nesse sentido a Cagece vem desde 2011 trabalhando em um projeto de pesquisa visando à conversão desses resíduos em biocombustíveis. Em 2014 foi contratada a construção de uma unidade piloto para processamento de resíduo finalizada em 2015.

## Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015

---

### 12. INTERAÇÃO SOCIAL

Além de pautar as suas atividades e tecnologias nos conceitos da sustentabilidade e nos requisitos legais de preservação do meio ambiente, a Cagece também incentiva a mobilização social e o desenvolvimento comunitário. Por meio de um conjunto de ações socioambientais, a empresa administra ameaças e oportunidades nos municípios com que mantém relação de concessão, contribuindo para a promoção da saúde pública e da melhoria da qualidade de vida da população.

Em 2015, a Cagece atuou na área de responsabilidade social atingindo diferentes públicos da sociedade. O programa “Capacitação Profissional e Inclusão Digital”, em parceria com o Sistema Nacional de Emprego (SINE) e o Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (IDT), permitiu a capacitação gratuita de 969 adolescentes, a partir dos 16 anos, e adultos. Ao longo do ano, 51 cursos foram ofertados nas áreas de Atendimento ao Cliente, Informática Básica, Excel Avançado, Hardware, Mecânica Básica, Eletricidade Básica, Bombeiro Hidráulico, Higienização de Caixa D’Água e Pintura Industrial, os quais proporcionaram aos participantes desenvolver competências para iniciar ou aprimorar a vida no mercado de trabalho.

A Cagece acredita que as crianças e os adolescentes são potenciais multiplicadores de informações e boas condutas e, com base nessa hipótese, a Companhia utilizou recursos lúdicos em 312 apresentações do Teatro de Mamulengos para sensibilizar cerca de 29.868 pessoas por meio das crianças, que receberam informações sobre o uso racional da água e da preservação do meio ambiente. Além dessa ação com foco no público infantil e jovem, o projeto “Atleta Cidadão”, em parceria com a Prefeitura Municipal de Fortaleza, proporcionou a 178 crianças e adolescentes, com faixa etária entre 08 e 20 anos, residentes no bairro Planalto Pici e adjacências, práticas esportivas e oficinas sócio pedagógicas com temas relevantes para a formação cidadã e o estímulo da convivência social.

Por intermédio do programa “Conhecendo a Nossa Cagece”, a Companhia disponibiliza às instituições de ensino, a partir do ensino médio, visitas às principais estações de água e de esgoto. Em 2015, o programa atendeu 980 participantes, que verificaram *in loco* as etapas dos processos de produção da água e de tratamento de esgotos, além de obterem esclarecimentos sobre o uso correto dos sistemas implantados.

O “Programa Voluntariado” disponibiliza aos colaboradores da Cagece um período de 4 horas mensais para prestar serviços à comunidade e/ou instituições credenciadas à Companhia. Em 2015, o programa obteve a adesão de 23 voluntários, que se empenharam em causas de interesse social e comunitário, estabelecendo laços de solidariedade e confiança recíproca.

## **Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

---

A Cagece incentiva o talento daqueles que reciclam e contribuem para o desenvolvimento sustentável, colaborando para um descarte consciente dos resíduos sólidos. Em 2015, o “Projeto Reciclicidades” realizou 753 ações focadas no ensino e na confecção de peças artesanais com o objetivo promover a inclusão social e a geração de trabalho e renda, como bolsas, bijuterias, tapetes, almofadas e cestarias. Em Fortaleza, as artesãs da Companhia realizaram oficinas pontuais e grupos produtivos em comunidades de baixa renda e nas instituições CRAS, Unimed, Dnocs, Hospital César Cals e Fundação Bradesco, bem como nos municípios de Maracanaú, Maranguape, Quixeramobim e Aracati. Os produtos gerados por esses grupos foram comercializados em feiras, shoppings e eventos intermediados pela Companhia, totalizando uma renda de R\$ 25.327,00 para os artesãos das comunidades e associações beneficiadas.

O “Programa Socioambiental de Educação em Saúde (PSAES)” tem como objetivo o uso racional da água, o uso adequado do sistema de esgotamento sanitário, a função da rede de drenagem, o destino final dos resíduos sólidos e a sua relação cíclica com o meio ambiente, com especial ênfase na importância da interligação domiciliar ao sistema de coleta de esgoto para a preservação ambiental e promoção da saúde pública. Em 2015 foram realizadas 93.305 visitas aos domicílios dos municípios Acaraú, Acopiara, Alcântaras, Apuiarés, Aquiraz, Bela Cruz, Caridade, Eusébio, Forquilha, Fortaleza, Frecheirinha, Ibaretama, Ibicutinga, Juazeiro do Norte, Massapê, Mombaça, Mucambo, Pacatuba, Paraipaba, Paracuru, Parambu, Pedras, Piquet Carneiro, Quixadá, Saboeiro, Santana do Acaraú, São Luis do Curu, Senador Pompeu, Trairi e Tianguá.

Paralelamente à implantação dos sistemas de abastecimento de água ou esgotamento sanitário, a Cagece desenvolve Trabalho Social voltado para a mobilização, organização e fortalecimento comunitário nos bairros e municípios beneficiados com esses empreendimentos. Em 2015 foram realizadas 19.192 visitas porta a porta e 574 ações diversas (seminários, capacitações, semana de saneamento nas escolas, palestras, reuniões com moradores, eventos culturais e campanhas educativas), sensibilizando 86.057 pessoas direta e indiretamente, a fim de minimizar os impactos ocasionados pelas obras e dirimir as dúvidas da população sobre os benefícios e o início do funcionamento do sistema em implantação.

### **13. PESQUISA E INOVAÇÃO**

Na área de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, a Cagece celebra convênios de cooperação técnica com empresas de diversas especialidades do setor de saneamento. Dentre os projetos desenvolvidos em 2015, destacam-se os seguintes:

- Modelagem hidrodinâmica e cinética de reatores Upflow Anaerobic Sludge Blanket – UASB
- Modelagem da dispersão de contaminantes na costa de Fortaleza como subsídio a ações da prefeitura municipal para despoluição da orla.
- Desinfecção de efluentes de tratamento anaeróbio,

## **Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

---

- Estudo de Viabilidade da Técnica de Coagulação Aprimorada aplicada à Filtração Direta

Em 2015, a Cagece deu início ao projeto patrocinado pela United States Trade and Development Agency (USTDA) para definição de diretrizes de tecnologia de tratamento de esgotos das bacias dos Rios Miriú e Cocó e dos centros de controle de água e esgoto, e ampliou as parcerias com instituições de ensino e pesquisa para elaboração e submissão de projetos a editais de fomento:

- Projeto de desenvolvimento de unidade de Flocos flotação (Edital de Inovação do SESI/SENAI)
- Elaboração de estudos e projetos para melhorias operacionais e eficientização energética da Estação de Precondicionamento de Esgoto - EPC e para mudança de tecnologia de tratamento de água da Estação de Tratamento de Água -ETA Gavião (Corporação Andina de Fomento e Kreditanstalt für Wiederaufbau – CAF/KFW)

### **14. CERTIFICAÇÕES DA QUALIDADE**

A qualidade na prestação de serviços prestados pela Cagece foi ratificada com a Auditoria de Recertificação International Organization of Standardization - ISO 9001:2008 realizada pelo órgão certificador Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos seguintes processos:

- Tratamento e Controle de Qualidade de Água das Estações de Tratamento de Água: Gavião, Maranguape, Russas, Poty (Crateús) e Jaburu (Tinguá);
- Verificação e Manutenção de Medidores do Laboratório de Hidrometria;
- Controle de Qualidade da Água e Efluentes do Laboratório Central;
- Atendimento Presencial a Clientes em 12 lojas na Capital e Região Metropolitana de Fortaleza - RMF, 1 loja em Crateús e 2 lojas em Juazeiro do Norte.

O escopo do Sistema de Gestão da Qualidade - SGQ está sendo ampliado para outros processos finalísticos e de apoio da Cagece, contemplando lojas de atendimento do interior, Estações de Tratamento de Água - ETA, Estações de Tratamento de Esgoto - ETE, as áreas de suprimentos e do controle operacional de água, os laboratórios regionais de controle de qualidade da água e dos efluentes e nas Unidades de Negócio da Cagece localizadas na Capital.

### **Principais conquistas em 2015:**

- Implantação do Sistema de Gestão Ambiental - SGA na Estação de Tratamento de Água do Gavião, com vista à Certificação Ambiental prevista para 2016.
- Início da implantação do Sistema de Gestão Ambiental - SGA na ETA do Jaburu. O objetivo pretendido é que até o final de 2018 a Companhia tenha um Sistema de Gestão Integrado

## **Relatório da Administração do Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

---

nessas áreas contemplando Gestão da Qualidade (ISO 9001) e Gestão Ambiental (ISO 14001).

- O Laboratório de Hidrometria da Cagece recebeu do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO a Acreditação baseada na Norma International Organization of Standardization / International Electrotechnical Commission - ISO/IEC 17025:2005, um dos requisitos para que o Laboratório possa continuar a atuar como um Posto de Ensaio Autorizado do INMETRO (PEA)
- Implantação a ISO/IEC 17025:2005 no Laboratório Central com vistas a Acreditação junto ao INMETRO prevista para 2017.
- Implantado o Programa 5S em várias unidades da Cagece, entre elas as Estações de Tratamento de Água do Gavião - RMF, Jaburu (Tanguá) e Aquiraz, na Unidade de Negócio Metropolitana Leste - UN-MTL e na Estação de Pré-Condicionamento de Esgoto - EPC.

### **15. RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES**

Em 2015, a Cagece participou do Prêmio Nacional da Qualidade em Saneamento (PNQS), na categoria Inovação da Gestão em Saneamento (IGS). Esta premiação busca estimular e reconhecer as organizações que se destacam pela aplicação de Boas Práticas de Gestão e que apresentem resultados competitivos no Setor de Saneamento Ambiental. Pelo segundo ano consecutivo, a Cagece foi vencedora do PNQS – IGS com o case “Despacho de Ordem de Serviço com OS Mobile”, de autoria da Gerência de Tecnologia da Informação e Comunicação - Getic.

### **16. AUDITORIA EXTERNA**

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam a independência desses profissionais. Esses princípios consistem, de acordo com as normas internacionalmente aceitas, em:

- (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho;
- (b) o auditor não deve exercer funções de gerência de seu cliente; e
- (c) o auditor não deve promover os interesses de seus clientes.

Em conformidade com o requerido na Instrução CVM-381/03 a empresa de auditoria Ernst & Young Terco Auditores Independentes não prestou serviços que não estejam relacionados à auditoria externa durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

**Relatório da Administração do  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2015**

---

**AGRADECIMENTOS**

No ano de 2015 os desafios se acentuaram para a Cagece, especialmente nos campos econômico-financeiro e hídrico, ainda assim a empresa manteve o foco na execução de ações de expansão e de melhorias operacionais que ratificam o compromisso da Companhia com a sustentabilidade e com o cumprimento da sua Missão.

A Diretoria Executiva agradece a confiança depositada pelo Governo do Estado do Ceará, Governo Federal, Poder Concedente, Colaboradores, Clientes, Agentes Financiadores, Fornecedores, Prestadores de Serviços e Comunidades com as quais atua, e mantém o compromisso de continuar trabalhando pelo desenvolvimento da Cagece.

Balancos patrimoniais  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais)

	<b>Notas</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	<b>7.769</b>	57.746
Depósitos vinculados a convênios	7	<b>12.466</b>	43.658
Contas a receber de clientes	8	<b>165.170</b>	152.403
Estoques		<b>11.913</b>	9.764
Tributos a recuperar		<b>7.525</b>	21.692
Adiantamentos a empregados		<b>3.029</b>	2.627
		<b>207.872</b>	287.890
<b>Não circulante</b>			
Projeto Alvorada - recursos aplicados	9	<b>174.829</b>	174.829
Projeto KfW II - recursos aplicados	10	<b>37.332</b>	27.203
Depósitos judiciais	11	<b>16.967</b>	8.894
Depósitos para reinvestimento		<b>3.268</b>	16.174
Depósitos vinculados a garantias	12	<b>11.369</b>	9.372
Ativos financeiros – contratos de concessão	13	<b>161.330</b>	166.902
Outros ativos		<b>123</b>	162
Imobilizado	14	<b>42.626</b>	56.755
Intangível	15	<b>2.994.166</b>	3.023.581
		<b>3.442.010</b>	3.483.872
<b>Total do ativo</b>		<b>3.649.882</b>	3.771.762

	<b>Notas</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	16	<b>127.978</b>	83.331
Empréstimos e financiamentos	17	<b>58.479</b>	52.503
Obrigações sociais		<b>20.595</b>	19.019
Incentivo a aposentadoria – PRSP	18	<b>20.264</b>	15.063
Tributos a recolher		<b>16.143</b>	16.184
Provisão para contingências	19	<b>61.050</b>	54.222
Outras obrigações		<b>2.255</b>	2.520
		<b>306.764</b>	242.842
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	17	<b>465.080</b>	394.856
Incentivo a aposentadoria – PRSP	18	<b>51.343</b>	39.053
Tributos a recolher		<b>29.982</b>	41.648
Projeto Alvorada - recursos recebidos	9	<b>174.468</b>	174.468
Projeto KfW II - recursos recebidos	10	<b>27.960</b>	24.838
Convênios – recursos recebidos		<b>50.019</b>	35.336
Provisões para contingências	19	<b>43.968</b>	20.207
Garantias contratuais de fornecedores		<b>3.821</b>	3.411
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	<b>252.691</b>	331.171
		<b>1.099.332</b>	1.064.988
<b>Patrimônio líquido</b>			
Capital social	21	<b>1.743.586</b>	1.729.403
Reservas de lucros	22	<b>41.715</b>	48.729
Ajuste de avaliação patrimonial	22d	<b>579.090</b>	712.383
Prejuízo acumulado		<b>(120.605)</b>	(26.583)
		<b>2.243.786</b>	2.463.932
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>3.649.882</b>	3.771.762

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Demonstrações dos resultados  
31 de dezembro de 2015 e 2014  
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo líquido por ação)

	Notas	2015	2014
Receita líquida de serviços	30	<b>942.330</b>	962.831
( - ) Custos dos serviços prestados	31	<b>(547.637)</b>	(872.657)
( - ) Custos de construção	31	<b>(108.699)</b>	(147.817)
			(1.020.474)
		<b>(656.336)</b>	)
Lucro (prejuízo) bruto		<b>285.994</b>	(57.643)
Receitas (despesas) operacionais			
( - ) Despesas comerciais	32	<b>(96.292)</b>	(86.945)
( - ) Despesas administrativas	33	<b>(236.524)</b>	(221.826)
( - ) Outras receitas (despesas), líquidas		<b>(6.434)</b>	11.105
		<b>(339.250)</b>	(297.666)
Prejuízo operacional		<b>(53.256)</b>	(355.309)
Resultado financeiro	34		
Receitas financeiras		<b>59.750</b>	63.068
( - ) Despesas financeiras		<b>(163.280)</b>	(75.426)
		<b>(103.530)</b>	(12.358)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>(156.786)</b>	(367.667)
( - ) Imposto de renda e contribuição social	24	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24	<b>27.817</b>	115.989
		<b>27.817</b>	115.989
Prejuízo do exercício		<b>(128.969)</b>	(251.678)
Ações em circulação no final do período (em milhares)		<b>167.641</b>	167.641
Prejuízo por lote de mil ações do capital social no fim do período - R\$		<b>(0,77)</b>	(1,50)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prejuízo do exercício	<b>(128.969)</b>	(251.678)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	<b><u>(128.969)</u></b>	<b><u>(251.678)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido  
 31 de dezembro de 2015 e 2014  
 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros					Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízo acumulado	Total
	Capital social	Legal	Estatutária	Incentivos fiscais	Retenção de lucros			
Em 31 de dezembro de 2013	1.598.081	19.518	22.197	20.007	30.160	-	-	1.689.963
Constituição de reserva de incentivo fiscal	12.993	-	-	(12.993)	-	-	-	-
Integralização de capital social	118.329	-	-	-	(30.160)	-	-	88.169
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(251.678)	(251.678)
Ajuste de avaliação patrimonial-Custo atribuído (Nota 22d)	-	-	-	-	-	937.478	-	937.478
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (Nota 22d)	-	-	-	-	-	(225.095)	225.095	-
Em 31 de dezembro de 2014	<b>1.729.403</b>	<b>19.518</b>	<b>22.197</b>	<b>7.014</b>	<b>-</b>	<b>712.383</b>	<b>(26.583)</b>	<b>2.463.932</b>
Incentivo fiscal de reinvestimento (Nota 21)	-	-	-	<b>7.169</b>	-	-	-	<b>7.169</b>
Integralização de capital social (Nota 21)	<b>14.183</b>	-	-	<b>(14.183)</b>	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	<b>(128.969)</b>	<b>(128.969)</b>
Realização do ajuste de avaliação patrimonial (Nota 22d)	-	-	-	-	-	<b>(34.947)</b>	<b>34.947</b>	-
Baixa de bens reavaliados	-	-	-	-	-	<b>(98.346)</b>	-	<b>(98.346)</b>
Em 31 de dezembro de 2015	<b>1.743.586</b>	<b>19.518</b>	<b>22.197</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>579.090</b>	<b>(120.605)</b>	<b>2.243.786</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Demonstrações dos fluxos de caixa**  
**31 de dezembro de 2015 e 2014**  
 Em milhares de reais

	Notas	2015	2014
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<b>(156.786)</b>	(367.667)
Depreciação e amortização	14 e 15	<b>72.051</b>	497.454
Resultado na baixa de ativos imobilizados e intangíveis	14 e 15	<b>55.802</b>	11.024
Resultado ativos financeiros - contratos de concessão	13	<b>(8.816)</b>	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8	<b>9.567</b>	6.398
Provisão para contingência	19	<b>34.267</b>	11.410
Atualização monetária de depósitos judiciais e REFIS		<b>4.565</b>	2.211
Provisão incentivo a aposentadoria – PRSP		<b>51.299</b>	46.498
Ajuste a valor presente- PRSP		<b>(12.858)</b>	2.464
Provisão/estorno estoques		<b>(589)</b>	(504)
Juros e variações monetária e cambial	17	<b>123.153</b>	52.791
Rendimento aplicações financeira		<b>(1.986)</b>	-
		<b>169.669</b>	262.079
Variações nos ativos e passivos			
Depósitos vinculados a convênios		<b>31.577</b>	31.726
Contas a receber de clientes		<b>(22.334)</b>	(20.564)
Estoques		<b>(1.560)</b>	(220)
Tributos a recuperar		<b>14.167</b>	(21.226)
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	11.106
Tributos a recolher		<b>(7.658)</b>	(3.135)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	(1)
Depósitos para reinvestimento		<b>13.272</b>	(4.588)
Ativos financeiros – contratos de concessão		-	(18.925)
Outros ativos		<b>(14.321)</b>	(2.261)
Fornecedores		<b>44.647</b>	(5.843)
Incentivo a aposentadoria – PRSP		<b>(20.950)</b>	(12.835)
Provisão para causas judiciais		-	(2.539)
Projetos Alvorada e KfW II		<b>(7.007)</b>	(1.496)
Outros passivos		<b>1.722</b>	(3.956)
Convênios - recursos recebidos		<b>14.683</b>	46.909
Caixa proveniente das operações		<b>215.907</b>	254.231
Juros pagos	17	<b>(31.166)</b>	(27.743)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(14.660)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<b>184.741</b>	211.828
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de imobilizado/intangível	14 e 15	<b>(214.120)</b>	(245.313)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<b>(214.120)</b>	(245.313)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Amortização de empréstimos		<b>(51.160)</b>	(52.394)
Ingressos de empréstimos		<b>30.562</b>	23.396
Integralização de capital		-	76.594
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	(28.396)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<b>(20.598)</b>	19.200
Redução de caixa e equivalentes de caixa		<b>(49.977)</b>	(14.285)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		<b>57.746</b>	72.031
Caixa e equivalentes de caixa no final do período		<b>7.769</b>	57.746

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado  
 31 de dezembro de 2015 e 2014  
 Em milhares de reais

	2015	2014
Receitas		
Vendas brutas de serviços	919.535	899.226
Venda brutas de construções	108.700	147.817
Outras receitas	1.365	11.169
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - (constituição)	(9.567)	(6.398)
	<b>1.020.033</b>	1.051.814
Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica	(103.387)	(66.703)
Água bruta	(48.469)	(38.315)
Materiais de tratamento	(45.408)	(42.441)
Materiais e serviços de conservação e manutenção dos sistemas	(53.518)	(54.953)
Serviços prestados por terceiros e outros materiais e serviços	(322.303)	(232.271)
Créditos de insumos	36.720	32.978
Custos de construções	(108.699)	(147.817)
	<b>(645.064)</b>	(549.522)
Valor adicionado bruto	<b>374.969</b>	502.292
Depreciação e amortização	(72.051)	(497.454)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<b>302.918</b>	4.838
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	50.790	44.142
Receita financeira - Ativo financeiro	8.959	18.926
	<b>59.749</b>	63.068
Valor adicionado total a distribuir	<b>362.667</b>	67.906
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos		
Remuneração direta	139.243	135.531
Benefícios	40.417	36.521
FGTS	8.340	9.111
Honorários de diretoria	2.587	2.623
Participação dos empregados nos lucros	7.583	6.433
Planos de aposentadorias e pensão	30.147	45.127
	<b>228.317</b>	235.346
Impostos, taxas, contribuições, concessões e agentes reguladores		
Federais	61.891	(26.616)
Estaduais	504	381
Municipais	1.547	1.289
Agentes reguladores	10.993	10.372
Taxa de concessão da prefeitura de Fortaleza	7.616	7.787
	<b>82.551</b>	(6.787)
Financiadores		
Juros	26.892	25.597
Outras despesas financeiras	136.388	49.832
Aluguéis	17.488	15.596
	<b>180.768</b>	91.025
Prejuízo do período	(128.969)	(251.678)
Valor adicionado distribuído	<b>362.667</b>	(67.906)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1 Informações gerais

A Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE ("Companhia" ou "CAGECE") é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado do Ceará, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Doutor Lauro Vieira Chaves, nº 1030, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará. Foi criada pela Lei Estadual nº 9.499, de 20 de julho de 1971 com alterações posteriores, e tem por objetivo o serviço público de água e esgotamento sanitário em todo o território do Estado do Ceará, operando diretamente ou por subsidiária, ou por pessoa jurídica mediante contrato, sendo tais serviços regulados na capital do Estado do Ceará pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental – ACFOR, e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia atuava em 151 municípios no Estado do Ceará, em operações de abastecimento de água e/ou operações de esgotamento sanitário. Merecem destaque os quinze maiores, que correspondem a 76%, referentes a operação da CAGECE em 2015:

<b>Município</b>	<b>Vencimento</b>
FORTALEZA	09/10/2033
CAUCAIA	05/07/2035
JUAZEIRO DO NORTE	28/12/2033
SAO GONÇALO DO AMARANTE	31/10/2032
MARANGUAPE	26/12/2032
EUSÉBIO	01/07/2032
PACATUBA	12/05/2033
QUIXADÁ	22/04/2034
HORIZONTE	08/12/2024
PACAJUS	27/05/2033
ITAITINGA	13/12/2024
ARACATI	19/03/2032
RUSSAS	07/02/2024
TIANGUÁ	27/03/2036
CRATEÚS	04/06/2032

## 2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.1 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados pelos seus valores justos ao resultado financeiro do exercício.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A Administração da Companhia elaborou as demonstrações financeiras com todas as informações relevantes que correspondem às utilizadas em sua gestão, e somente elas, estão sendo evidenciadas.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.2 Conversão de moeda estrangeira**

#### **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão relacionadas com empréstimos e financiamentos são reconhecidas no resultado do exercício como receita ou despesa financeira.

As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

### **2.3 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.4 Instrumentos financeiros**

#### **2.4.1 Ativos financeiros**

##### **2.4.1.1 *Classificação***

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos.

##### **Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos no ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados no ativo não circulante). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Ativos financeiros – Concessão", "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber de clientes".

##### **2.4.1.2 *Reconhecimento e mensuração***

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.4 Instrumentos financeiros--Continuação**

#### **2.4.1 Ativos financeiros--Continuação**

##### **2.4.1.2 *Reconhecimento e mensuração*--Continuação**

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no exercício em que ocorrem.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares e análise de fluxos de caixa descontados.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (impairment) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

##### **2.4.1.3 *Impairment de ativos financeiros***

###### **Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia no final de cada exercício se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.4 Instrumentos financeiros--Continuação**

#### **2.4.1 Ativos financeiros--Continuação**

##### **2.4.1.3 *Impairment de ativos financeiros*--Continuação**

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) a Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo (parcelamento), estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira.

O montante da perda por impairment é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento classificado como empréstimos e recebíveis tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num exercício subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o impairment ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por impairment reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.4 Instrumentos financeiros--Continuação**

#### **2.4.2 Passivos financeiros**

##### *2.4.2.1 Classificação*

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, incentivo a aposentadoria – PRSP, obrigações com clientes e garantias contratuais de fornecedores.

##### *2.4.2.2 Reconhecimento e mensuração*

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros.

#### **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.4 Instrumentos financeiros--Continuação**

#### **2.4.4 Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou impairment).

#### **2.4.5 Ativos financeiros - concessão**

Um ativo financeiro é reconhecido quando a Companhia tem o direito incondicional de receber caixa ou equivalentes de caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços, no prazo do contrato.

### **2.5 Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor. O custo dos estoques está avaliado pelo custo médio de aquisição, o qual considera os gastos incorridos na sua aquisição e outros incorridos em trazê-los as suas localizações.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.6 Intangível

#### (a) Concessões

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário de acordo com a ICPC 01 (IFRIC 12) Contratos de Concessão.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção, os juros e demais encargos financeiros capitalizados durante o período de construção.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar

seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue os principais:

	<u>Anos</u>
Adutoras e canais	30 a 60 anos
Edificações	20 a 67 anos
Estações de tratamento	60 a 67 anos
Hidrômetros	10 anos
Ligações	20 a 50 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Poços	60 anos
Redes	30 a 80 anos
Reservatórios	20 a 60 anos

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.6 Intangível--Continuação**

#### **(b) Direitos de uso - Concessão do município**

Direitos de uso referem-se a custos incorridos em renovação de concessões públicas, a título de ressarcimento pela Companhia de investimentos na infraestrutura realizados pelos municípios. Os valores registrados no ativo intangível referem-se a ressarcimentos já efetuados pela Companhia às prefeituras como parte do acordo para renovação das concessões de prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Estes investimentos não integram a base tarifária da Companhia, contudo representam o investimento realizado pela Companhia para a renovação da concessão.

Estes direitos de uso são amortizados linearmente pelo prazo de concessão diretamente relacionado.

#### **(c) softwares**

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de um a dez anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos no ativo intangível quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.6 Intangível--Continuação**

#### **(c) softwares--Continuação**

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a dez anos.

### **2.7 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo seu custo atribuído até 01 de janeiro de 2009 e histórico como base de valor após essa data, menos depreciação e perdas ao valor recuperável (impairment) acumuladas, se for o caso.

O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos ativos. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são registrados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

### 2.7 Imobilizado--Continuação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Computadores e periféricos	5 a 10 anos
Edificações	20 a 67 anos
Ferramentas	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

Os encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinados para o item do imobilizado aos quais foram incorporados.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e ajustados, conforme explicado na Nota 3 (a).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), líquidas" na demonstração do resultado.

### 2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização e a depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.8 Impairment de ativos não financeiros**

A Administração definiu como Unidade Geradora de Caixa as atividades da Companhia como um todo por existirem subsídios cruzados entre os serviços de água e esgoto e dentre os municípios que atua. Subsídios cruzados são representados pelas áreas em que houver conurbação ou integração de sistemas de água e esgoto em operação que justifique a criação de uma Região Metropolitana, Microregiões e Aglomerações.

Na avaliação da Companhia não há qualquer indicativo de que os valores contábeis não serão recuperados através da geração de fluxos de caixa futuros.

### **2.9 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

### **2.10 Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.11 Provisão para contingências e depósitos judiciais**

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras, a provisão para contingências é demonstrada líquida dos depósitos judiciais embasados no direito de compensação.

### **2.12 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**

As despesas de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido do exercício compreendem os tributos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos--Continuação**

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes, contra os passivos fiscais correntes e quando os tributos diferidos ativos e passivos se relacionam com os tributos incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis, onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

### **2.13 Benefícios a empregados**

#### **(a) Obrigações de aposentadoria**

A Companhia instituiu, em fevereiro de 2004, a Fundação CAGECE de Previdência Complementar – Cageprev, com plano de contribuição definida e o objetivo de complementar os benefícios de aposentadoria e pensão pagos pelo sistema de previdência oficial (INSS) através do Plano de Contribuição Variável - PCV, em favor dos seus participantes e respectivos beneficiários. Para isso a Companhia realiza contribuições fixas e mensais a Cageprev, para os empregados participantes do referido plano.

Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no exercício corrente e anterior.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.13 Benefícios a empregados--Continuação**

#### **(a) Obrigações de aposentadoria--Continuação**

Com relação a planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para a Fundação Cageprev de forma obrigatória e contratual. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada.

As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados no resultado dos exercícios durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

#### **(b) Benefícios de rescisão - Plano de Reconhecimento do Serviço Prestado (PRSP)**

O benefício de rescisão é exigível quando o vínculo empregatício é encerrado pela Companhia antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. A Companhia reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando a Companhia não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que possuem na data-base em referência o contrato de adesão assinado pelas partes. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

#### **(c) Participação nos resultados – obrigações de benefícios de curto prazo**

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (constructive obligation).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.14 Capital social**

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

#### Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

#### Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais têm direito a um dividendo de 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

### **2.15 Subvenções e assistências governamentais**

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelo Governo e de que serão auferidas.

Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos exercícios nos quais as despesas foram reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia

pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.16 Receita**

#### **(a) Vendas de serviços**

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de água ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

#### **(b) Receitas financeiras**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.16 Receita--Continuação**

#### **(c) Receitas de construção**

A ICPC 01 estabelece que a concessionária de saneamento deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão. A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é o abastecimento de água e esgotamento sanitário; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, o abastecimento de água e esgotamento sanitário; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

### **2.17 Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor**

Os pronunciamentos e interpretações que foram emitidos pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão divulgados abaixo. A Companhia pretende adotar esses pronunciamentos quando se tornarem aplicáveis.

#### **IFRS 9 - Instrumentos Financeiros**

Pronunciamento que visa substituir o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui (a) um modelo lógico para classificação e mensuração; (b) um modelo único de impairment para instrumentos financeiros, que oferece uma resposta às perdas esperadas; (c) a remoção da volatilidade em resultado oriunda de risco de crédito próprio; e (d) uma nova abordagem para a contabilidade de hedge. A norma passa a vigor em 1º de janeiro de 2018. Os possíveis impactos decorrentes da adoção dessa alteração estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de início de vigência da norma.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **2 Resumo das principais políticas contábeis--Continuação**

### **2.17 Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor - -Continuação**

#### IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes

A IFRS 15 é resultante de um projeto conjunto entre IASB e FASB para convergência da norma para reconhecimento e divulgação das receitas aplicadas a contratos com clientes. Essa norma requer que o reconhecimento de receita se dê de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente, definindo o momento e o montante que reflitam a expectativa da empresa de ter em troca os direitos desses bens ou serviços. A norma entra em vigor em 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A Companhia está avaliando os possíveis impactos da aplicação dessa norma e os divulgará para o mercado oportunamente.

## **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos**

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. Os principais itens sujeitos a essas estimativas e premissas são:

### **(a) Vida útil de bens do imobilizado e intangível decorrentes dos investimentos com infraestrutura das concessões, decorrente do curso normal das operações**

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por especialistas com base em Laudo Técnico. Foi contratada empresa especializada com o objetivo de avaliar e determinar a vida útil dos ativos da Companhia, conforme nota de ativo imobilizado e ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação**

#### **(b) Provisão para incentivo à aposentadoria - PRSP**

O Plano de reconhecimento dos serviços prestados - PRSP incentiva os empregados com idade superior a 56 anos a se desligarem da Companhia e obterem um benefício de aposentadoria em seu favor. Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos 6 anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 12,08% a.a. Essa taxa foi calculada com base na taxa *WACC (Weighted Average Cost of Capital/ Custo Médio Ponderado de Capital)* da Companhia da data das demonstrações financeiras. O detalhe do plano está descrito na Nota 18.

#### **(c) Reconhecimento de receita – contratos de construção**

A receita de construção é reconhecida sobre todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos, inclusive os encargos financeiros capitalizados, que segue o método de custo sem adicional de margem de construção.

#### **(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

O critério para estimativa dos créditos de liquidação duvidosa esta descrito na Nota 8.

#### **(e) Provisão para contingências e depósitos judiciais**

As provisões para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## 4 Gestão de risco financeiro

### 4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juros e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Visando estabelecer um processo de gerenciamento de riscos, a companhia instituiu uma assessoria de controle interno e riscos para estudar a implementação de estrutura e política de gerenciamento de riscos corporativos similar ao que vem sendo adotado pelo mercado. Nesse sentido, aspira implantar uma estrutura baseada em um processo trabalhado por pessoas (Conselho de Administração, Diretoria, Gestores e funcionários), na identificação de eventos e riscos, buscando dar segurança razoável aos *stakeholders* e alinhar-se aos objetivos estratégicos existentes. A implementação desta prática proporcionará ao Conselho de Administração, como também à Diretoria Colegiada, tornar a atividade de gestão de riscos parte da rotina de tomada de decisões e processos operacionais, buscando uma maior visibilidade, transparência e responsabilidade sobre a gestão.

#### (a) Risco de mercado

##### (i) Risco cambial

Este risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que impactem os saldos de ativo de disponibilidade em moeda estrangeira e passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado e, conseqüentemente, a despesas financeiras decorrentes. A Companhia não mantém operações de “hedge” ou “swap”, no entanto, faz uma gestão da dívida, buscando janelas de oportunidades a fim de reduzir a exposição em moeda estrangeira.

A exposição de passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, ao dólar estadunidense, estava assim representada em milhares de reais:

	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>
Empréstimos e financiamentos com o BID (Nota 17)	282.666	206.136

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **4 Gestão de risco financeiro--Continuação**

### **4.1 Fatores de risco financeiro--Continuação**

#### **(a) Risco de mercado--Continuação**

##### **(ii) Risco de taxa de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “hedge” contra esse risco, porém monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía R\$ 240.893 (R\$ 241.223 em 31 de dezembro de 2014) (Nota 17) em empréstimos e financiamentos captados a taxa variável de juros (TR) e (TJLP).

Outro risco que a Companhia enfrenta é a não correlação entre os índices de atualização monetária de suas dívidas e das contas a receber. Os reajustes de tarifa de fornecimento de água e tratamento de esgoto não necessariamente acompanham os aumentos dos índices de atualização que afetam as dívidas da Companhia.

A análise de sensibilidade de risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros está demonstrada na Nota 4.1 (d).

#### **(b) Risco de crédito**

A Companhia tem os seus créditos segmentados da seguinte forma: Particulares, Órgãos Públicos e Serviços Indiretos (Nota 8).

*Particulares* – serviços prestados a clientes pessoa física e pessoas jurídicas (comerciais, serviços, industriais, etc.).

*Órgãos públicos* – serviços prestados a órgãos nas esferas: municipal, estadual e federal. No tocante aos órgãos estaduais, o Governo do Estado estabeleceu políticas no sentido de coibir a existência de débitos com a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **4 Gestão de risco financeiro--Continuação**

### **4.1 Fatores de risco financeiro--Continuação**

#### **(b) Risco de crédito--Continuação**

*Serviços indiretos* – trata-se de serviços relacionados a ligação, corte, religação, acréscimos por impontualidades, conservação e reparos de hidrômetros, serviços de laboratórios, ampliações, dentre outros.

Amparada pela Lei nº 11.445/07, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, a Companhia, baseada no § 2º do Inciso V do Art.40, pode interromper os serviços quando do inadimplemento do pagamento das tarifas pelo usuário, após o usuário ter sido formalmente notificado num prazo de 30 dias.

De uma forma geral a Companhia mitiga seus riscos de créditos pela prestação de serviços a uma base de clientes muito dispersa e sem concentração definida.

#### **(c) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada de duas formas: (i) uma previsão de curtíssimo prazo (até 60 dias) realizada pela Gerência Financeira, e (ii) outra de curto prazo (até 365 dias) realizada pela Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento, a partir da aprovação do orçamento de caixa da Companhia pela diretoria colegiada.

A Gerência Financeira acompanha diariamente as previsões de arrecadação e gastos com despesas, custos e investimentos da Companhia, para assegurar que tenha caixa suficiente para o cumprimento das obrigações de curtíssimo prazo. Monitora ainda os valores exigidos em garantia e fluxos de recursos exigidos para o cumprimento dos contratos de financiamentos dos investimentos da Companhia, de modo que atenda as cláusulas contratuais nesses quesitos. De forma complementar, a Gerência de Estudos Estratégicos e de Orçamento acompanha diariamente o impacto no orçamento de caixa decorrente das contratações propostas pelas diversas unidades da Companhia para serviços comuns, serviços de engenharia, materiais e obras. Os impactos extraordinários no orçamento são submetidos à aprovação da diretoria, que o fazem a partir da indicação das seguintes fontes de recursos: 1) anulação total ou parcial das dotações (despesas, investimentos, iniciativas previstas); 2) excesso de arrecadação; e 3) operação de crédito (financiamentos).

O excesso de caixa é investido em aplicações de curto prazo, por meio de Fundo de Investimentos com carteira composta por títulos de renda fixa e de títulos públicos federais,

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4 Gestão de risco financeiro--Continuação

### 4.1 Fatores de risco financeiro--Continuação

#### (c) Risco de liquidez--Continuação

indexados a CDI/SELIC ou prefixados desde que indexados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros não derivativos que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Vencimento				Total
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	
<b>Em 31 de dezembro de 2015</b>					
Financiamentos	58.479	106.752	199.153	159.175	523.559
Fornecedores	127.978	-	-	-	127.978
Incentivo a aposentadoria - PRSP	20.264	30.190	21.084	69	71.607
Obrigações com clientes	2.164	-	-	-	2.164
<b>Em 31 de dezembro de 2014</b>					
Financiamentos	52.503	91.056	182.935	120.865	447.359
Fornecedores	83.331	-	-	-	83.331
Incentivo a aposentadoria - PRSP	15.063	23.091	12.447	3.515	54.116
Obrigações com clientes	2.420	-	-	-	2.420

#### (d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

A seguir é apresentado o quadro do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que possam gerar impactos significativos para a Companhia, considerando o Pronunciamento Técnico CPC 40(R1) – Instrumentos financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais passivos financeiros, convertidos a uma taxa projetada para a liquidação final de cada contrato, convertido a valor de mercado (Cenário I), com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III).

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4 Gestão de risco financeiro--Continuação

### 4.1 Fatores de risco financeiro--Continuação

#### (d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM--Continuação

Instrumentos Financeiros	Risco	2015		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
<b>Passivo financeiro</b>				
<b>Empréstimos e financiamentos</b>				
Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Secretaria das Cidades e BNDES				
- Passivo	Alta do indexador	(257.946)	(218.392)	(210.482)
- Impacto no resultado			39.553	47.464
<b>BID</b>				
- Passivo	Alta do U\$\$	(282.711)	(353.389)	(424.067)
- Impacto no resultado			(70.678)	(141.356)

Os valores expressos acima foram sintetizados. Essa análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre os referidos instrumentos financeiros da Companhia, considerando-se todos os demais indicadores de mercado constantes.

### 4.2 Gestão de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base nos índices de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 4 Gestão de risco financeiro--Continuação

### 4.2 Gestão de capital--Continuação

	2015	2014
Total dos empréstimos (Nota 17)	523.559	447.359
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(7.769)	(57.746)
Dívida líquida	515.790	389.613
Total do patrimônio líquido	2.243.786	2.463.932
Total do capital	2.759.576	2.853.545
Índice de alavancagem financeira - %	19	14

### 4.3 Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes. Para a qualidade de crédito de contrapartes que são instituições financeiras, a Companhia considera o menor *rating* da contraparte divulgada pela agência internacional de *rating* Fitch, conforme política interna de gerenciamento de riscos de mercado:

	2015	2014
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo AAA (bra)	7.769	57.746
	7.769	57.746

Apresentamos a seguir um quadro com a avaliação de *rating* das instituições financeiras contrapartes, com as quais a Companhia realizou transações durante o exercício:

	<b>Fitch</b>
Banco do Brasil S.A.	AAA (bra)
Caixa Econômica Federal	AAA (bra)
Banco Bradesco S.A.	AAA (bra)
Banco Santander Brasil S.A.	AAA (bra)
Itaú Unibanco Holding S.A.	AAA (bra)
Banco do Nordeste do Brasil	AAA (bra)



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 5 Instrumentos financeiros por categoria

### (a) 31 de dezembro de 2015

	<u>Empréstimos e recebíveis</u>
<b>Ativo, conforme o balanço patrimonial</b>	
Ativos financeiros – contratos de concessão	161.330
Contas a receber de clientes	165.170
Caixa e equivalentes de caixa	7.769
Depósitos vinculados a convênios	<u>12.466</u>
	<u><u>346.735</u></u>
	<u>Outros passivos financeiros</u>
<b>Passivo, conforme o balanço patrimonial</b>	
Incentivo a aposentadoria – PRSP	71.607
Empréstimos e financiamentos	523.559
Fornecedores	127.978
Obrigações com clientes	<u>2.164</u>
	<u><u>725.308</u></u>

### (b) 31 de dezembro de 2014

	<u>Empréstimos e recebíveis</u>
<b>Ativo, conforme o balanço patrimonial</b>	
Ativos financeiros – contratos de concessão	166.902
Contas a receber de clientes	152.403
Caixa e equivalentes de caixa	57.746
Depósitos vinculados a convênios	<u>43.658</u>
	<u><u>420.709</u></u>
	<u>Outros passivos financeiros</u>
<b>Passivo, conforme o balanço patrimonial</b>	
Incentivo a aposentadoria – PRSP	54.116
Empréstimos e financiamentos	447.359
Fornecedores	83.331
Obrigações com clientes	<u>2.420</u>
	<u><u>587.226</u></u>

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 6 Caixa e equivalente de caixa

	2015	2014
Bancos conta movimento	990	1.357
Bancos conta arrecadação	149	300
Aplicações financeiras	6.630	56.089
	<b>7.769</b>	<b>57.746</b>

As aplicações financeiras decorrem da política de gestão de caixa dos recursos disponíveis, e os resgates realizados no exercício foram utilizadas para pagamento de parcelas de empréstimos correspondentes aos contratos mantidos junto a Caixa Econômica Federal e ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e ao financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social - BNDES.

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado abaixo.

Instituição	Tipo	Modalidade	Taxa	2015	2014
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 10 milhões	Renda Fixa	Cotas diárias	112	20.161
Banco do Brasil S.A.	FIC Corp. 600 mil	Renda Fixa	Cotas diárias	2.691	803
Caixa Econômica Federal	FIC Especial	Renda Fixa	Cotas diárias	-	19.396
Caixa Econômica Federal	FIC CP Automático	Renda Fixa	Cotas diárias	3.410	174
Caixa Econômica Federal	CDB FLEX Empresarial	CDB FLEX	100,4% CDI	-	15.555
Caixa Econômica Federal	Mega Referenciado	Referenciada DI	Cotas diárias	417	-
				<b>6.630</b>	<b>56.089</b>

Os saldos de aplicações financeiras estão relacionados a fundos abertos de renda fixa com remuneração diária e CDB (Certificado de Depósito Bancário) com remuneração de 100,4% CDI. Os fundos não são exclusivos da Companhia e a participação dentro do fundo não é significativa. Todas as aplicações financeiras em aberto em 31 de dezembro de 2015 garantem liquidez imediata e são utilizados para gerenciamento do caixa da Companhia.

### 7 Depósitos vinculados a convênios

	2015	2014
Bancos conta vinculada	7.545	161
Aplicações financeiras vinculadas	4.921	43.497
	<b>12.466</b>	<b>43.658</b>

Os depósitos bancários vinculados referem-se a recursos recebidos por meio de convênios firmados principalmente com o Governo do Estado do Ceará, para realização de investimentos nos sistemas de água e esgoto nos diversos municípios em que a Companhia atua. Na presente data a maior parte dos recursos é proveniente do PROINVEST- Programa de Apoio ao Investimento dos Estados e Distrito Federal e do PAC-FGTS - Programa de Aceleração do Crescimento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8 Contas a receber de clientes

	2015	2014
Particulares	207.073	187.414
Órgãos públicos	19.453	19.857
Serviços indiretos	23.797	19.580
Serviços prestados a faturar	53.547	52.567
	<b>303.870</b>	279.418
Agentes arrecadadores (a)	3.953	4.464
( - ) Arrecadação a discriminar (b)	(7.013)	(5.406)
( - ) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD (c)	(135.640)	(126.073)
	<b>165.170</b>	152.403

Composição das contas a receber de clientes por período de vencimento:

	2015	2014
A vencer	133.426	130.990
Vencidos:		
1 a 30 dias	22.946	23.093
31 a 60 dias	10.692	9.091
61 a 90 dias	6.654	4.541
91 a 180 dias	10.827	8.722
mais de 180 dias	119.325	102.981
	<b>303.870</b>	279.418

### (a) Agentes arrecadadores

Os valores registrados na conta Agentes arrecadadores referem-se aos numerários recebidos dos clientes, pelas instituições financeiras e comerciais e, ainda não repassados à Companhia, em decorrência do tempo de espera firmado nos contratos com estas instituições.

### (b) Arrecadação a discriminar

Arrecadação a discriminar refere-se a valores recebidos de clientes, ainda não realizada a baixa da correspondente fatura no sistema comercial da Companhia.

### (c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD

No terceiro trimestre do ano de 2015 a Companhia procedeu com reavaliação da estimativa contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD. Anteriormente a faixa de vencimento utilizada como base da PCLD estava em 90 dias. Através de análises históricas de arrecadação dos últimos cinco anos constatou-se que a faixa mais apropriada seria 180 dias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 8 Contas a receber de clientes--Continuação

### (c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa - PCLD--Continuação

A Companhia adota como estimativa para cálculo da PCLD, as seguintes regras:

- (i) Clientes com contas a receber vencidas há mais de 180 dias e valor até R\$ 15;
- (ii) Clientes com contas a receber vencidas há mais de 180 dias e valor superior a R\$ 15, desde que analisado pela área especialista de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento;
- (iii) Total de faturas, vencidas ou a vencer, dos clientes que encontram-se nos critérios acima;
- (iv) Análise complementar pela área especialista para avaliação de evidências objetivas de perdas.

A PCLD apresenta a seguinte movimentação:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Saldo inicial	126.073	119.675
Constituição	9.567	6.398
Saldo Final	<u>135.640</u>	<u>126.073</u>

## 9 Projeto Alvorada

O Estado do Ceará, em 16 de abril de 2001, celebrou o Convênio nº 005/Seinfra/2001 com a Companhia para implementação de ações previstas no Convênio nº 039/2001, firmado entre o Ministério da Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde, e o Governo do Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Infraestrutura, tendo como executora a Companhia, objetivando a execução de ações de saneamento básico em 31 municípios do Estado do Ceará. Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. Em outubro de 2013, o Convênio nº 005/Seinfra/2001 teve o seu prazo de finalização prorrogado para 30 de setembro de 2014, em decorrência da postergação do prazo do Convênio nº 039/2001 celebrado com a Fundação Nacional de Saúde, melhor comentado a seguir.

Conforme a Cláusula 15ª do Convênio nº 039/2001, "Serão concedidos pela Fundação Nacional de Saúde, após concluído o objeto pactuado no presente convênio, os bens patrimoniais construídos, produzidos ou adquiridos com os recursos transferidos na conformidade com o disposto no item 4 do Artigo 15 do Decreto nº 99.658/90 e demais normas regulamentares".

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **9 Projeto Alvorada--Continuação**

Esse projeto tinha previsão de conclusão para o exercício de 2012, contudo, em função de atrasos na execução dos Sistemas de Esgotamento Sanitário (SES) de Cariré e do distrito de Inhuçu em São Benedito, em outubro de 2013, este convênio foi prorrogado para 17 de março de 2014. O referido projeto foi concluído. Atualmente, a Prestação de Contas está em andamento e a CAGECE está aguardando o posicionamento da Secretaria das Cidades sobre como será a integralização no ativo dos bens construídos, conforme Ofício nº 594/14/GEAPE ADM/DPC.

O valor constante da conta de ativo, no montante de R\$ 174.829 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 174.829), denominada de Projeto Alvorada – recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas conforme objeto do Convênio, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto Alvorada – recursos recebidos, no montante de R\$ 174.468 (31 de dezembro de 2014 - R\$ 174.468), registram-se os valores já repassados pelo Ministério da Saúde para pagamento aos fornecedores. A diferença entre estas contas de R\$ 361 (em 31 de dezembro de 2014 – R\$ 361) refere-se a valores aplicados com recursos próprios da Companhia e ainda não ressarcidos.

## **10 Projeto KfW II**

O Estado do Ceará, em 26 de agosto de 2005, firmou o Convênio nº 010/Seinfra/2001 com a Companhia para estabelecer responsabilidades nos repasses dos recursos objeto do contrato de financiamento e “acordo em separado”, firmados em 2005, entre o Governo do Estado do Ceará, na condição de mutuário e o KfW *bankengruppe*, tendo como entidade executora a Companhia, com o objetivo de melhorar o saneamento básico em municípios localizados nas regiões de bacias hidrográficas do Médio e Baixo Jaguaribe, Banabuiú, Acaraú, Coreaú e Parnaíba no interior do Estado do Ceará.

Os gastos realizados com a execução desse projeto estão apresentados no ativo não circulante. Esse projeto tem previsão de conclusão no exercício de 2016, tendo sido efetuado pela CAGECE em junho de 2015 o pedido postergação do prazo de finalização do Projeto para dezembro de 2016. Após o encerramento do Projeto, os sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário implementados com esses recursos serão operados e mantidos pelas comunidades dos Sistemas Integrados de Saneamento Rural – SISAR.

O valor constante da conta de ativo, no montante de R\$ 37.332 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 27.203), denominada de Projeto KfW II - recursos aplicados, representa as medições das ações de saneamento básico já realizadas, enquanto que na conta de passivo, denominada de Projeto KfW II - recursos recebidos, no montante de R\$ 27.960 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 24.838), registram-se os valores já repassados pelo Governo do Estado para pagamento aos fornecedores. A diferença entre estas contas de R\$ 9.372 (em 31 de dezembro de 2014 - R\$ 2.365), refere-se a valores aplicados com recursos próprios da Companhia e ainda não ressarcidos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 11 Depósitos judiciais

O critério utilizado para definir os valores que permanecem registrados contabilmente em depósitos judiciais são os valores depositados em juízo, os quais são atualizados monetariamente, e ainda não levantados pela Companhia ou pela parte contrária no processo judicial. A composição dos depósitos judiciais é como segue:

	2015	2014
Causas cíveis	12.652	2.501
Contingências vinculadas - cíveis	(456)	(296)
Causas trabalhistas	7.773	6.486
Contingências vinculadas – trabalhistas	(4.448)	(2.354)
Causas tributárias	4.579	4.266
Contingências vinculadas – tributárias	(3.133)	(1.709)
	<b>16.967</b>	<b>8.894</b>

A movimentação dos depósitos judiciais no exercício de 2015 está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	2.204	4.133	2.557	8.894
Novos depósitos	9.802	570	-	10.372
Reversões	(1)	(64)	-	(65)
Atualização monetária	351	780	314	1.445
Compensação com causas judiciais	(160)	(2.094)	(1.425)	(3.679)
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	<b>12.196</b>	<b>3.325</b>	<b>1.446</b>	<b>16.967</b>

O detalhamento dos depósitos judiciais classificados em causas tributárias é o seguinte:

Processo nº	Autor	2015	2014
2005.81.00.011859-4 (i)	UNIÃO	-	1.336
2006.81.00.020059-0 (ii)	INSS	525	490
0008881-32.2003.4.05.8100/AC 374.877 / RESP 1127424 (iii)	INCRA	572	411
2006.81.00.020062-0 (iv)	INSS	238	222
2005.81.00.000465-5 (0000465-07.2005.4.05.8100) (v)	INSS	90	79
2006.81.00.018905-2 (vi)	INSS	21	19
		<b>1.446</b>	<b>2.557</b>

- (i) Ação ordinária promovida contra a Fazenda Nacional, visando a declaração de inexistência de relações jurídicas tributárias e o consequente cancelamento das inscrições de dívidas dos tributos PASEP, PIS, COFINS e Imposto de Renda na Fonte.
- (ii) Ação ordinária promovida contra o INSS, visando extinguir o crédito tributário, referente à contribuição previdenciária supostamente devidas em razão de: a) remuneração de contribuintes individuais, segurados empregados, e de cooperados intermediados por cooperativas de trabalho, relativamente ao período de 02/2000 a 11/2003; b) multa decorrente de suposta omissão em relacionar segurados contribuintes individuais em suas folhas de pagamento mensal, relativo ao período de 01/2000 a 03/2004; c) multa decorrente de suposta omissão em informar ao INSS, através de GFIP, fatos geradores de contribuições previdenciárias relativas à contratação de segurados individuais e cooperativas de trabalho, relativo ao período de 01/2000 a 01/2005; e d) multa decorrente de suposta omissão em registrar o pagamento feito a autônomos, contabilizado nas contas “anúncios e editais”, serviços de manutenção de sistemas” e “formação profissional” relativo ao período de 2000 a 2004.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 11 Depósitos judiciais--Continuação

- (iii) Ação ordinária com pedido de depósito, promovida contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, onde pede que seja declarada a inexistência de relação tributária que obrigue a autora a recolher a contribuição para o INCRA e o ressarcimento da referida contribuição paga indevidamente.
- (iv) Ação ordinária promovida contra o INSS, visando extinguir o crédito tributário referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de: a) fornecimento, pela Companhia, de vale transporte relativo ao período de 11/2003 a 03/2004; b) admissão de estagiários supostamente não cobertos por contrato de seguro contra acidentes pessoais; c) concessão de “antecipações”, para pagamento de serviços prestados pela cooperativa UNIMED, que não teriam sido objeto de ressarcimento, relativo ao período de 01/2000 a 01/2005; d) contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão da “bolsa” paga a estudantes universitários que estagiavam junto aos seus estabelecimentos, os quais foram “reenquadrados” à condição de empregados; e) contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão do fornecimento, de vale transporte aos empregados relativo ao período de 10/2003 a 01/2005; e f) contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de “adiantamento” representado pelo pagamento, pela Companhia, de serviços prestados pela cooperativa UNIMED aos seus empregados, relativo ao período de 01/2000 a 12/2004.
- (v) Ação ordinária promovida contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, visando à declaração de inexistência de relação jurídica que obrigue ao pagamento de débitos devidos por terceiro, desconstituindo o crédito tributário, lavradas contra a pessoa jurídica Copal Construtora Paraibana Ltda.
- (vi) Ação ordinária promovida contra o INSS, visando extinguir o crédito tributário referente a contribuições previdenciárias supostamente devidas em razão de: a) suspensão de exigibilidade do crédito tributário na qual exige contribuição previdenciária relativamente à remuneração de contribuintes individuais, segurados empregados, e de cooperados intermediados por cooperativas de trabalho, relativamente ao período de 02/2000 a 11/2003; b) auto de infração no qual exige-se multa decorrente de suposta omissão em relacionar segurados contribuintes individuais em suas folhas de pagamento mensal, relativo ao período de 01/2000 a 03/2004; c) auto de infração no qual exige-se multa decorrente de suposta omissão em informar ao INSS, através de GFIP, fatos geradores de contribuições previdenciárias relativas à contratação de segurados individuais e cooperativas de trabalho, relativo ao período de 01/2000 a 01/2005 e d) multa decorrente de suposta omissão em registrar o pagamento feito a autônomos, contabilizando nas contas “anúncios e editais”, “serviços de manutenção de sistemas” e “formação profissional” relativo ao período de 2000 a 2004.

## 12 Depósitos vinculados a garantias

	2015	2014
Banco do Brasil S.A.	9.404	7.601
Caixa Econômica Federal	1.965	1.771
	<b>11.369</b>	<b>9.372</b>

Os depósitos efetuados no Banco do Brasil correspondem a retenções contratuais de fornecedores no valor de R\$ 5.580 (R\$ 4.190 em 31 de dezembro de 2014) e conta reserva no valor de R\$ 3.824 (R\$ 3.411 em 31 de dezembro de 2014), dada como garantia do cumprimento integral das obrigações presentes e futuras decorrentes do contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. Aqueles depositados na Caixa Econômica Federal referem-se a aplicações de valores dados como garantias nos contratos de financiamentos junto a esta instituição financeira.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13 Ativos financeiros – contratos de concessão

O sistema de tarifação para o abastecimento de água e esgotamento sanitário é controlado pela Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental – ACFOR e no interior pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará – ARCE e são revistas anualmente, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, considerando tanto os investimentos efetuados como sua estrutura de custos e despesas. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente dos usuários, tendo como base o volume de água consumido e esgoto coletado multiplicado pela tarifa autorizada.

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro. Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contrato de Concessão e ICPC 17 - Contrato de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contrato de Concessão. A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2015, R\$ 161.330 (R\$ 166.902 em 31 de dezembro de 2014) como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de recebimento ao final das concessões. Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelas taxas médias ponderadas de custo de capital – WACC, atrelados aos respectivos contas a receber. A receita por atualização do ativo financeiro no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é R\$ 8.960 (R\$ 18.926 em 31 de dezembro de 2014), conforme Nota 34.

O ativo financeiro apresenta a seguinte movimentação:

	2014	Capitalização ativo financeiro	Atualização do ativo financeiro	Baixas	2015
Ativo financeiro	166.902	(14.388)	8.960	(144)	161.330
	166.902	(14.388)	8.960	(144)	161.330

	2013	Custo atribuído em 01/09/2009	Atualização do ativo financeiro	2014
Ativo financeiro	62.719	85.257	18.926	166.902
	62.719	85.257	18.926	166.902

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

**14 Imobilizado**

	2015		2014	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações	24.228	(4.391)	19.837	20.577
Computadores e periféricos	4.974	(2.928)	2.046	2.191
Máquinas e equipamentos	4.691	(2.575)	2.116	2.103
Terrenos	14.809	-	14.809	27.667
Móveis e utensílios	6.777	(3.567)	3.210	3.387
Instalações	131	(18)	113	124
Veículos	803	(529)	274	490
Ferramentas	88	(48)	40	37
	<b>56.501</b>	<b>(14.056)</b>	<b>42.445</b>	<b>56.576</b>
Imobilizado em andamento	181	-	181	179
	<b>56.682</b>	<b>(14.056)</b>	<b>42.626</b>	<b>56.755</b>

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	2014	Adição	Baixa	Transferência	Depreciação	2015
Edificações	20.577	-	-	-	(740)	19.837
Computadores e periféricos	2.191	6	(83)	736	(804)	2.046
Máquinas e equipamentos	2.103	41	(28)	489	(489)	2.116
Terrenos	27.667	-	(12.858)	-	-	14.809
Móveis e utensílios	3.387	126	(128)	518	(693)	3.210
Instalações	124	2	-	-	(13)	113
Veículos	490	-	(49)	-	(167)	274
Ferramentas	37	1	(1)	13	(10)	40
	56.576	176	(13.147)	1.756	(2.916)	42.445
Imobilizado em andamento	179	2	-	-	-	181
	56.755	178	(13.147)	1.756	(2.916)	42.626

	2013	Adição	Baixa	Transferência	Depreciação	Custo atribuído (a)	2014
Edificações	9.844	-	-	6.589	(3.645)	7.789	20.577
Computadores e periféricos	2.298	41	-	791	(1.159)	220	2.191
Máquinas e equipamentos	3.638	85	-	(1.259)	(1.089)	728	2.103
Terrenos	6.237	-	-	9.819	(1.247)	12.858	27.667
Móveis e utensílios	1.636	100	-	1.561	(636)	726	3.387
Instalações	1.336	130	-	(1.147)	(195)	-	124
Veículos	393	-	-	322	(331)	106	490
Ferramentas	16	-	-	21	(12)	12	37
	25.398	356	-	16.697	(8.314)	22.439	56.576
Imobilizado em andamento	1.963	179	-	(1.963)	-	-	179
	27.361	535	-	14.734	(8.314)	22.439	56.755

- (a) Refere-se a adoção do custo atribuído em 01/01/2009, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Os valores foram reconhecidos no ativo imobilizado e intangível em contrapartida a conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, considerando também os efeitos dos impostos diferidos. Esses efeitos foram contabilizados no exercício de 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **14 Imobilizado--Continuação**

### **Premissas utilizadas para atribuição de valor e avaliação de vida útil**

A metodologia de avaliação patrimonial empregada na avaliação foi fundamentada nas determinações da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, que definem os conceitos, os critérios a serem empregados em trabalhos de avaliação patrimonial, os métodos para determinação dos valores e os graus de fundamentação e precisão das avaliações, dentre outras diretrizes. Conforme preceitua as normas da ABNT, para essa finalidade, foram utilizados os seguintes tipos de valores:

i) Valor Justo para Compra: Valor mais provável na negociação de um bem, de forma voluntária e consciente, num período de referência e nas condições de mercado vigentes. Os valores serviram como referência, visto que não foram efetivamente negociados. Este valor foi determinado a partir do valor de reprodução ou reposição, deduzindo-se a depreciação técnica considerando o estado físico do bem;

ii) Custo de Reedição: Valor resultante de um orçamento ou composição do custo de bens idênticos ou equivalente, seguido do cálculo da depreciação técnica considerando o estado físico do bem.

Dentre os diversos métodos previstos nas normas da ABNT, os aplicados foram:

i) Método Comparativo Direto de Dados de Mercado: O valor do bem é determinado a partir da comparação de outros bens similares, através de seus preços de mercado, tendo em vista as suas características semelhantes;

ii) Método Evolutivo: Consiste em definir o valor total do imóvel através da conjugação de métodos, a partir do valor do terreno, considerados o custo de reprodução das benfeitorias devidamente depreciado e o fator de comercialização, conforme ABNT 14.653-2;

iii) Método de Custo (comparativo direto e quantificação): O Valor dos bens é encontrado através dos custos de reedição e, quando não for possível utilizar o Método Comparativo Direto de Dados de Mercado, realizará a cotação de preços de bens novos iguais ou similares, com aplicação da depreciação.

A escolha do método levou em consideração as características dos bens e as informações.

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso, foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 14 Imobilizado--Continuação

### Premissas utilizadas para atribuição de valor e avaliação de vida útil--Continuação

Abaixo demonstramos a vida útil antes e após a reavaliação da vida útil de cada grupo de ativos.

	<u>Vida útil anterior</u>	<u>Vida útil atual</u>
Computadores e periféricos	5 anos	5 a 10 anos
Edificações	25 anos	20 a 67 anos
Ferramentas	5 anos	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos	5 a 10 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos

Ressalta-se que a vida útil remanescente corresponde ao período de tempo esperado em que um bem poderá ser utilizado de maneira satisfatória, tanto econômica como funcional.

Os bens registrados no ativo imobilizado da Companhia são depreciados pelo método linear, mediante a aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos mesmos.

## 15 Intangível

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Concessão - água e esgoto	3.391.424	(773.459)	2.617.965	2.769.542
Intangível em andamento	373.543	-	373.543	251.139
	<b>3.764.967</b>	<b>(773.459)</b>	<b>2.991.508</b>	<b>3.020.681</b>
Softwares	5.476	(4.430)	1.046	1.207
Outorga - município de Juazeiro do Norte	2.400	(952)	1.448	1.520
Outorga - município de Frecheirinha	226	(62)	164	173
	<b>8.102</b>	<b>(5.444)</b>	<b>2.658</b>	<b>2.900</b>
	<b>3.773.069</b>	<b>(778.903)</b>	<b>2.994.166</b>	<b>3.023.581</b>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15 Intangível--Continuação

O intangível apresenta a seguinte movimentação:

	2014	Adições (a)	Baixa (b)	Transferências (c)	Amortização	Ativo financeiro	2015
Concessão - água e esgoto	2.769.542	768	(143.496)	45.526	(68.763)	14.388	<b>2.617.965</b>
Intangível em andamento	251.139	217.983	(48.166)	(47.413)	-	-	<b>373.543</b>
Softwares	1.207	26	(3)	131	(315)	-	<b>1.046</b>
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.520	-	-	-	(72)	-	<b>1.448</b>
Outorga - município de Frecheirinha	173	-	-	-	(9)	-	<b>164</b>
	<b>3.023.581</b>	<b>218.777</b>	<b>(191.665)</b>	<b>(1.756)</b>	<b>(69.159)</b>	<b>14.388</b>	<b>2.994.166</b>

	2013	Adições	Baixas	Transferências	Amortização	Mais valia	2014
Concessão - água e esgoto	974.957	545	(85.257)	969.961	(488.646)	1.397.982	2.769.542
Intangível em andamento	1.002.935	244.012	(11.024)	(984.784)	-	-	251.139
Softwares	1.118	403	-	89	(403)	-	1.207
Outorga - município de Juazeiro do Norte	1.600	-	-	-	(80)	-	1.520
Outorga - município de Frecheirinha	184	-	-	-	(11)	-	173
	<b>1.980.794</b>	<b>244.960</b>	<b>(96.281)</b>	<b>(14.734)</b>	<b>(489.140)</b>	<b>1.397.982</b>	<b>3.023.581</b>

- (a) As adições ao Intangível estão representadas substancialmente pela execução das seguintes obras: (i) execução das obras de implantação do sistema de esgotamento sanitário das Sub-Bacias CD-1, CD-2 E CD-3 no município de Fortaleza - CE; (ii) execução da segunda etapa da ETA (estação de tratamento de água) Oeste, localizada no trecho V do eixo de integração Castanhão; (iii) ampliação do sistema de abastecimento de água da sede do município de Tauá - CE; (iv) execução de interferências das obras de mobilidade urbana do município de Fortaleza e região metropolitana e (v) execução do sistema de esgotamento sanitário do município de Viçosa do Ceará-Ce.

As adições ocorridas no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015 contempla a capitalização de juros sobre empréstimos e financiamentos no valor de R\$ 4.811.

- (b) Em função da Companhia ter adotado como política contábil classificar em Intangível em andamento os materiais técnicos que são de comum aplicação, tanto na construção de ativos como na manutenção de redes/sistemas existentes, por representarem o seu maior consumo/aplicação, as baixas ao Intangível em andamento estão representadas parte pela aplicação de materiais na manutenção dos ativos da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 15 Intangível--Continuação

(c) As transferências no período de 2015 ocorrem entre imobilizado e intangível no valor de R\$ 1.756.

A amortização da infraestrutura necessária para a operação das concessões leva em conta a vida útil dos ativos com base em estimativas feitas por técnicos. Dessa forma, os valores não amortizados dentro da concessão estão sendo considerados como ativo financeiro, em virtude de cláusula indenizatória existente nos contratos de concessão, conforme evidenciado na Nota 13.

A vida útil dos ativos da Companhia foi estimada por técnicos da empresa contratada, juntamente com os técnicos da Companhia que informaram a durabilidade de cada bem. Além disso foram realizadas pesquisas de mercado sobre a vida útil dos bens em empresas semelhantes à Companhia.

## 16 Fornecedores

A Companhia possui uma carteira de fornecedores pulverizada que está representada substancialmente por fornecedores de serviços e subempreiteiros, cujo prazo médio de pagamento é de 30 dias. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 não existem valores representativos em atraso, sendo o maior saldo em aberto representado por cerca de 1% (1% em 31 de dezembro de 2014) do total da obrigação, não existindo concentração ou relação de dependência de fornecimento de materiais e/ou serviços para com terceiros.

## 17 Empréstimos e financiamentos

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
<u>Moeda nacional</u>		
Caixa Econômica Federal (i)	141.962	121.123
Secretaria das Cidades - Governo do Estado do Ceará (ii)	1.808	3.903
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (iii)	97.123	116.197
	<u>240.893</u>	<u>241.223</u>
<u>Moeda estrangeira</u>		
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (iv)	282.666	206.136
	<u>523.559</u>	<u>447.359</u>
Circulante	(58.479)	(52.503)
Não circulante	<u>465.080</u>	<u>394.856</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **17 Empréstimos e financiamentos--Continuação**

### (i) Caixa Econômica Federal

Destinados à ampliação e melhoria da cobertura dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e estudos e projetos, e estão sujeitos a encargos financeiros que correspondem a juros de 6% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de risco de crédito de até 2% a.a. e taxa de administração de 1% a 2% a.a. O vencimento do último contrato será em novembro de 2029. Foram oferecidos como garantia a arrecadação decorrente da receita de abastecimento de água e da prestação de serviços de esgotamento sanitário correspondente a cada município favorecido com recurso, no valor da dívida atualizada em cada data-base.

### (ii) Secretaria das cidades – Governo do Estado do Ceará

Referem-se a convênios entre aquela Secretaria e a Companhia, para repasses de recursos obtidos através de financiamentos entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ficando o Estado responsável pela amortização dos financiamentos, e reembolsado posteriormente pela Companhia nas mesmas condições dos contratos de financiamento entre o Estado do Ceará e a Caixa Econômica Federal, ou seja, encargos financeiros que correspondem a juros de 6,5% a 8% a.a. acrescidos de variação monetária com base na TR, taxa de risco de crédito de 2% a.a. e taxa de administração de 2% a.a. O vencimento do último contrato será em março de 2021. Foram oferecidos como garantia direitos creditórios depositados no Banco do Brasil e ainda bloqueio e repasse dos recursos decorrentes de arrecadação de receitas provenientes do Fundo de Participação do Estado (FPE).

### (iii) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

O contrato 10.2.2006.1 destina-se a ampliação da Estação de Tratamento de Água da Zona Oeste (ETA Oeste) e a execução de 11,8 km de adutora de água tratada, na Região Metropolitana de Fortaleza, bem como a ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra da Ibiapaba, no valor total de R\$ 155.620.

O contrato 12.2.0618.1 destina-se à ampliação do Ramal Sul do Sistema Integrado de Abastecimento de Água da Serra de Ibiapaba (SAA Ibiapaba), no valor total de R\$ 28.376.

Os encargos financeiros incidirão sobre o principal da dívida com juros de 1,81% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP para o contrato 10.2.2006.1 e 2,71% a.a., mais Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP para o contrato 12.2.0618.1. O principal da dívida deverá ser pago em 90 prestações mensais sucessivas, tendo vencido a primeira em 15 de agosto de 2013 e a última prestação vencendo em 15 de janeiro de 2021.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 17 Empréstimos e financiamentos--Continuação

### (iii) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES--Continuação

Em decorrência desta operação, a Companhia, dentre outros requisitos previstos no contrato de financiamento, deverá manter índices econômicos financeiros apurados anualmente com base no balanço auditado por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários – CVM. O não cumprimento desses índices por dois semestres consecutivos implica em a Companhia oferecer garantias adicionais à instituição ou vencimento antecipado da dívida. Na hipótese de descumprimento de qualquer obrigação contratual, por dois semestres consecutivos, a Companhia deverá constituir no prazo de 90 dias, contados da data da comunicação por escrito do BNDES, garantias adicionais, aceitas pelo BNDES.

A CAGECE entrou em default nos covenants financeiros dos empréstimos junto ao BNDES e notificou o Banco Depositário para o estabelecimento de reforço de garantia no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária.

Em 2 de julho de 2015 a CAGECE concluiu o processo de negociação do reforço de garantia, sendo requerido pelo BNDES o aumento em 20% da receita cedida prevista nos referidos Contrato de Cessão Fiduciária, no montante de R\$ 3.811 (contrato 10.2.2006.1) e R\$ 805 (contrato 12.2.0618.1) e saldos finais a serem movimentados como receita cedida de R\$ 15.244 (contrato 10.2.2006.1) e R\$ 2.380 (contrato 12.2.0618.1).

### (iv) Banco Internacional de Desenvolvimento - BID

Trata-se de recursos destinados ao projeto SANEAR – II que tem por objetivo a ampliação e melhoria do Sistema de Abastecimento de Água e implantação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos polos econômicos e turísticos do Estado do Ceará. O valor total do projeto está orçado em US\$ 327.345, sendo 31% deste valor financiado pelo BID e 69% aportados pelo Governo do Estado. Os encargos financeiros são calculados através de taxa variável, com previsão de 5% a.a. e comissão de crédito de 0,25% a.a. sobre o saldo não desembolsável do financiamento. O contrato foi assinado em 22 de outubro de 2004, com carência de 5 anos, para pagamento em 20 anos, em parcelas semestrais. Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014 já haviam sido liberados desembolsos no total de R\$ 186.523 (US\$ 100.000).

Os empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte movimentação:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Saldo inicial	<b>447.359</b>	451.310
Novas liberações	<b>30.562</b>	23.396
Amortizações	<b>(82.326)</b>	(80.138)
Juros e variações monetárias	<b>34.139</b>	29.528
Variação cambial	<b>93.825</b>	23.263
Saldo final	<b>523.559</b>	447.359

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 17 Empréstimos e financiamentos--Continuação

Os empréstimos e financiamentos são garantidos por receitas próprias da Companhia e pelo Governo do Estado do Ceará. O montante classificado no passivo não circulante apresenta a seguinte composição por vencimento:

	2015	2014
2016	-	46.369
2017 – 2019	<b>159.755</b>	133.095
2020 – 2022	<b>121.087</b>	94.528
2023 – 2025	<b>75.188</b>	49.919
2026 – 2028	<b>75.164</b>	49.896
2029 – 2032	<b>33.886</b>	21.049
	<b>465.080</b>	394.856

## 18 Incentivo a aposentadoria - PRSP

	2015	2014
Incentivo a aposentadoria – PRSP	<b>92.881</b>	70.839
Ajuste a valor presente	<b>(21.274)</b>	(16.723)
	<b>71.607</b>	54.116
Circulante	<b>(20.264)</b>	(15.063)
Não circulante	<b>51.343</b>	39.053

### a) PRSP

A Companhia implantou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) através da norma interna SAD – 041 de 25 de abril de 2008, com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia melhores condições de aposentaria, recebendo benefícios temporários da Companhia, na forma do contrato de adesão celebrado entre as partes.

O Plano destinava-se aos empregados do quadro próprio, onde após obter a concessão de aposentadoria pelo INSS rescindir o contrato de trabalho com a Companhia, e o ex-empregado assume obrigatoriamente a condição de participante auto-patrocinado da Cageprev, e assim fará jus aos benefícios do plano.

Dentre as composições do plano mencionadas na Norma, há o pagamento de 10 salários de referência, em 36 parcelas iguais, além de assistência à saúde (médica e odontológica) do empregado e de seus dependentes, mediante continuidade dos planos atuais ou de outros sistemas que vierem a substituí-los, pelo período de 6 anos, a partir da data do desligamento do empregado, com pagamento da parte patronal pela Companhia.



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **18 Incentivo a aposentadoria – PRSP--Continuação**

### **a) PRSP--Continuação**

Passados 72 meses, os planos de saúde médico e odontológico serão pagos integralmente pelo ex-empregado.

Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos 6 anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente a uma taxa de 12,08%, correspondente a taxa *WACC* (*Weighted Average Cost of Capital/ Custo Médio Ponderado de Capital*) da Companhia da data das demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2015, não foi constituída qualquer obrigação de benefício rescisório PRSP, tendo em vista que em 10 de janeiro de 2014, a Diretoria encerrou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP) constante na SAD – 041 a partir da data-base de 31 de dezembro de 2013.

### **b) PRSP II**

Em 10 de janeiro de 2014, a Diretoria Colegiada aprovou o Plano de Reconhecimento por Serviços Prestados (PRSP II) através da norma interna SAD – 065 (versão 1), com o objetivo de proporcionar aos empregados da Companhia condições de aposentar-se ou mesmo se desligar da Companhia por já se encontrar aposentado, recebendo benefícios financeiros temporários, na forma do Requerimento de adesão celebrado entre as partes.

O presente plano destinou-se aos empregados do quadro próprio que atenderam às condições estabelecidas na norma, quais eram: ter idade igual ou superior a 56 anos até 30/04/2014; atender às exigências do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS quanto à idade e tempo de contribuição necessários à aposentadoria ou mesmo já ser aposentado pelo INSS; ter ingressado como participante na Fundação CAGECE de Previdência Complementar - Cageprev; estar inscrito na Gerência de Pessoas - GEPES para participação no plano, através de requerimento de adesão.

Os empregados que atendessem às seguintes condições poderiam aderir ao PRSP II no período de 03 de fevereiro a 30 de abril de 2014: (i) efetuar o requerimento de adesão até 30/04/2014; (ii) desligar-se da CAGECE, na data estabelecida pela Diretoria, a partir de 30/05/2014; (iii) obterem ou já tiverem obtido a concessão de aposentadoria pelo INSS; e (iv) assumirem obrigatoriamente a condição de participante auto-patrocinado da CAGEPREV, e assim fará jus aos benefícios do plano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 18 Incentivo a aposentadoria - PRSP--Continuação

### b) PRSP II--Continuação

O PRSP II concede os seguintes benefícios: (i) ressarcimento dos gastos com medicamentos de uso contínuo por seis (06) anos; (ii) pagamento de 15 (quinze) salários na rescisão contratual para o PRSP II, pagos em 36(trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas; (iii) incentivo financeiro de 30% do salário de referência para os empregados com salário de referência menor ou igual ao piso de INSS dividido por 0,8; (iv) em caso de falecimento do empregado inscrito no Plano, cuja adesão tenha sido deliberada pela Diretoria, será garantido, o benefício aos dependentes legais do mesmo; (v) assistência à saúde odontológica e médica (plano enfermagem), por 6 (seis) anos para o empregado e 2 (dois) anos para seus dependentes já cadastrados. Ressalte-se que, conforme consta no item 2.4 do SAD em referência, o empregado que não rescindir o contrato de trabalho com a CAGECE na data estabelecida pela Diretoria será excluído do Plano, implicando na perda do benefício.

Em 31 de dezembro de 2015, a partir do atendimento de todos os requeridos exigidos pelo Plano para elegibilidade do benefício a CAGECE reconheceu uma obrigação de benefício rescisório – PRSP II, 173 colaboradores que totalizaram o montante de R\$ 71.607 (R\$ 54.116 em 31 de dezembro de 2014).

Esses valores estão registrados no passivo circulante e não circulante com base em estimativas das remunerações nos próximos 6 anos ajustados e são atualizados pelo índice de inflação (INPC) e descontados a valor presente, a uma taxa de 12,08%, correspondente a taxa WACC (Weighted Average Cost of Capital/ Custo Médio Ponderado de Capital) da Companhia da data das demonstrações financeiras.

## 19 Provisão para contingências

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Causas cíveis	86.337	59.467
Depósito judicial vinculado – cíveis	(456)	(296)
Causas trabalhistas	11.266	13.963
Depósito judicial vinculado – trabalhistas	(4.448)	(2.354)
Causas tributárias	15.452	5.358
Depósito judicial vinculado – tributárias	(3.133)	(1.709)
	<u>105.018</u>	<u>74.429</u>
Circulante	(61.050)	(54.222)
Não circulante	<u>43.968</u>	<u>20.207</u>

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 19 Provisão para contingências--Continuação

A movimentação da provisão no exercício de 2015 está demonstrada a seguir:

	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	Total
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2014	59.171	11.609	3.649	74.429
Adições	<b>28.520</b>	<b>1.661</b>	-	<b>30.181</b>
Juros	<b>17.787</b>	<b>2.880</b>	<b>10.094</b>	<b>30.761</b>
Baixas	<b>(19.437)</b>	<b>(7.238)</b>	-	<b>(26.675)</b>
Compensação com depósitos judiciais	<b>(160)</b>	<b>(2.094)</b>	<b>(1.424)</b>	<b>(3.678)</b>
Saldo final em 31 de dezembro de 2015	<b>85.881</b>	<b>6.818</b>	<b>12.319</b>	<b>105.018</b>

O montante de R\$ 105.018, decorre, principalmente, de: a) Trabalhistas - ação judicial conjunta cobrando pagamento de horas extras e adicional de periculosidade; b) Cível - ações judiciais cobrando diferenças de valores em decorrência das desapropriações e execuções das obras do canal do trabalhador e ação cível em que a promovente solicita o pagamento de faturas atrasadas e valores não pagos na execução de obras e serviços de implantação do sistema de esgotamento sanitário do Município de Quixadá; e c) Tributárias - processo administrativo de Declaração de Compensação – Dcomp de débitos de PIS dos anos de 2002 e 2003 com crédito de saldo negativo de CSLL de 2001.

As provisões foram constituídas com base nas diversas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis e trabalhistas, e consideradas suficientes pela Companhia para cobrir eventuais desembolsos na hipótese de decisão desfavorável.

Estes valores são contabilizados mensalmente, conforme estimativa da Diretoria Jurídica da Companhia em relação aos processos com expectativa de perda “provável”.

A estimativa de perda das causas judiciais e administrativas em andamento, com base no valor da causa, considerados pela Diretoria jurídica da Companhia, com probabilidade de perda possível, totalizam um valor de R\$ 37.270 (R\$ 22.455 em 31 de dezembro de 2014).

Por serem considerados com probabilidade de perda possível, não foram provisionados nas demonstrações financeiras. Seguem em destaque os processos de valores relevantes:

Processo nº	Esfera	Natureza	2015	
0001109.36.2013.5.07.0014/0	(i)	Judicial	Trabalhista	<b>1.710</b>
2001.02.41794-6	(ii)	Judicial	Cível	<b>971</b>
387.54.2006.8.06.0101/0	(iii)	Judicial	Cível	<b>1.199</b>
6210.53.2009.8.06.0117/0	(iv)	Judicial	Cível	<b>991</b>
0858261.89.2014.8.06.0001/0	(v)	Judicial	Cível	<b>1.803</b>
8029.57.2012.8.06.0137/0	(vi)	Judicial	Cível	<b>1.000</b>
0044591.85.2012.8.06.0001/0	(vii)	Judicial	Cível	<b>2.684</b>
0832790.71.2014.8.06.0001/0	(viii)	Judicial	Cível	<b>1.927</b>
0838743.16.2014.8.06.0001/0	(ix)	Judicial	Cível	<b>1.892</b>
500372.61.2011.8.06.0001/0	(x)	Judicial	Cível	<b>1.139</b>
Outros				<b>21.953</b>
				<b>37.269</b>

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 19 Provisão para contingências--Continuação

- (i) Ação anulatória de auto de infração proposta pela CAGECE em face a União Federal, tendo a autoria pleiteado, a título de antecipação de tutela, a suspensão do referido auto.
- (ii) Ação ordinária em que o promovente, proprietário de imóvel registrado na Comarca de Redenção, requer o pagamento de indenização em decorrência da invasão do seu terreno pela CAGECE.
- (iii) Ação ordinária promovida contra o Município de Itapipoca, visando extinguir o crédito tributário referente ao ISS do período de agosto de 2001 a julho de 2002 e setembro de 2002 a agosto de 2004.
- (iv) Ação em que o município de Maracanaú solicita que seja reconhecido como de responsabilidade da CAGECE os investimentos realizados por ele no município em decorrência da suposta omissão da concessionária em promover a ampliação e/ou manutenção do serviço de água e esgoto.
- (v) Ação cível em que a demandante que foi contratado no dia 03/07/08 através de contrato para execução de obras e serviços, com fornecimento de equipamentos e materiais para ampliação de esgotamento sanitário da capital na Sub- Bacia SD-06. Declara ainda, que durante todo o contrato, foram apresentadas 32 faturas, em que nenhuma destas a data do pagamento se deu conforme o contrato. Houve atrasos em algumas faturas em até 11 meses, causando vários danos. Requer assim, que a CAGECE seja condenada a pagar os valores correspondentes com juros e correção monetária.
- (vi) Ação ordinária alegando a prestação inadequada dos serviços e o descumprimento de cláusulas contratuais concernente à concessão parte da CAGECE.
- (vii) Ação de rescisão contratual referente a serviços de execução do Emissário de Efluentes Industriais a ser implantado no Complexo Industrial do Porto do Pecém por parte da contratada.
- (viii) Ação civil pública com pedido de liminar objetivando a regularização do abastecimento de água e construção de sistema de esgotamento sanitário no Município de Hidrolândia, bem como a condenação da promovida ao pagamento de indenização por danos materiais e morais à coletividade.
- (ix) Ação condenatória para readequação de valores relativos a dissídios coletivos de contrato de serviço terceirizado
- (x) Ação de indenização ao proprietário de terreno por danos de desvalorização. O terreno foi adquirido, inicialmente, para ser construído uma estação de tratamento de esgoto, entretanto o terreno está sendo utilizado como poço, sem qualquer tratamento de esgoto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 20 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	2015			2014		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
<b>Diferenças temporárias</b>						
Provisões para Contingências	28.264	10.175	38.439	19.698	7.091	26.789
Provisões para perdas Estoques	61	23	84	114	42	156
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.224	1.881	7.105	6.522	2.348	8.870
<b>Total diferido ativo</b>	<b>33.549</b>	<b>12.079</b>	<b>45.628</b>	26.334	9.481	35.815
<b>Ajuste de avaliação patrimonial</b>						
Total diferido passivo	(219.352)	(78.967)	(298.319)	(269.842)	(97.144)	(366.986)
<b>Total de imposto diferido líquido</b>	<b>(185.803)</b>	<b>(66.888)</b>	<b>(252.691)</b>	(243.508)	(87.663)	(331.171)

## 21 Capital social

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, independentemente de reforma estatutária, pela emissão de até 50.000.000.000 (cinquenta bilhões) de ações, sendo 1/3 (um terço) desse total em ordinárias, e 2/3 (dois terços) em preferenciais. Caberá ao Conselho de administração indicar o número, a espécie e classe de ações a serem emitidas, respeitando o limite máximo de 2/3 (dois terços) de ações preferenciais, na composição do capital social realizado, o prazo para exercício do direito de preferência e, ainda, o preço de emissão de cada ação e as condições e prazo de integralização.

As ações preferenciais não possuem direito a voto, porém, gozam de prioridade na distribuição de dividendos, e no reembolso do capital, no caso de dissolução da Companhia, direito à participação proporcional nas bonificações decorrentes de incorporação de reservas ou lucros, participação nos aumentos de capital, em igualdade de condições com os demais acionistas e na capitalização de todas as reservas. Para estas ações são garantidos dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias, conforme previsto no inciso "I" do artigo 17 da Lei 6.404/76, com a nova redação dada pela Lei 10.303/2001.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 21 Capital social--Continuação

Em 4 de setembro de 2015 foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social, no valor de R\$ 14.183, parte mediante a capitalização de incentivos fiscais de reinvestimento de imposto de renda dos anos-calendário de 2012 e 2013, nos valores de R\$ 5.066 e R\$ 2.103, respectivamente, totalizando R\$ 7.169. O restante do aumento do capital social no montante de R\$ 7.014 refere-se a reserva de incentivos fiscais de imposto de renda do ano calendário de 2013. Nesta data o capital social da Companhia passou para R\$ 1.743.586 dividido em 167.584.407 ações ordinárias e 56.684 ações preferenciais, todas sem valor nominal.

A composição acionária da Companhia está assim demonstrada (quantidade de ações):

	Ordinárias	Preferenciais	2015	2014
			Total	Total
Estado do Ceará	148.702.011	38.515	148.740.526	148.740.526
Município de Fortaleza	18.882.102	-	18.882.102	18.882.102
Outros	294	18.169	18.463	18.463
	<b>167.584.407</b>	<b>56.684</b>	<b>167.641.091</b>	<b>167.641.091</b>

O Governo do Estado do Ceará, como acionista controlador, detém 88,59% do capital votante da Companhia (em 31 de dezembro de 2014: 88,59%), conforme composição do capital social discriminada abaixo (valor do capital):

	Ordinárias	Preferenciais	2015	%	2014
			Total		Total
Estado do Ceará	1.536.598	8.067	1.544.665	88,59%	1.532.080
Município de Fortaleza	195.113	-	195.113	11,19%	193.516
Outros	3	3.805	3.808	0,22%	3.807
	<b>1.731.714</b>	<b>11.872</b>	<b>1.743.586</b>	<b>100,00%</b>	<b>1.729.403</b>

## 22 Reserva de lucros

O montante registrado na conta de Reserva de lucros corresponde às Reservas legal e estatutária, constituídas conforme Lei das Sociedades Anônimas e Estatuto da Companhia, e de incentivos fiscais, conforme a seguir:

### (a) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 22 Reserva de lucros--Continuação

### (b) Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída anualmente como destinação de até 10% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva estatutária tem por fim ser usada para pesquisas e desenvolvimento de novos produtos e tecnologias.

### (c) Reserva de incentivos fiscais

Constituída de acordo com o estabelecido no artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (incluindo pela Lei nº 11.638, de 2007); essa reserva recebe a parcela dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício e a ela destinados a partir da conta de lucros acumulados. Esses incentivos não entram na base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

Através do Laudo Constitutivo nº 0156/2007, a Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE pronunciou-se favoravelmente ao pleito de ampliação de empreendimento de infraestrutura, resultando no incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração de tratamento e abastecimento de água, e referente à capacidade instalada incentivada de 409.291.728 m<sup>3</sup>/ano, a partir do ano calendário de 2007, por um prazo de 10 anos, com término no ano calendário de 2016.

### (d) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a adoção de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados e intangíveis, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais elaborados por empresa especializada, nos termos do ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento.

A realização do ajuste de avaliação patrimonial é feita na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial.

	<b>Saldo 2013</b>	<b>Realização</b>	<b>Saldo 2014</b>	<b>Realização</b>	<b>Saldo 2015</b>
<u>Ativo não circulante</u>					
Imobilizado e intangível	1.194.834	(115.466)	1.079.368	(201.958)	<b>877.410</b>
<u>Passivo não circulante</u>					
Impostos diferidos	(406.243)	39.258	(366.985)	68.665	<b>(298.320)</b>
<u>Patrimônio líquido</u>					
Ajuste de avaliação patrimonial	788.591	(76.208)	712.383	(133.293)	<b>579.090</b>



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 23 Informações por segmento

A Administração considera a Companhia como sendo uma única unidade geradora de caixa, apresentando também um único segmento operacional apesar de desenvolver a prestação de serviço de tratamento e o fornecimento de água, a coleta e o tratamento de esgotamentos sanitários em municípios localizados no Estado do Ceará, uma vez que:

- Apesar das receitas de água e esgoto serem distintas, pois são faturadas individualmente ao cliente de água e esgoto, apenas água, ou apenas esgoto – em função da existência de compartilhamento de redes/sistemas entre os municípios (subsídio cruzado), os custos correspondentes não podem ser segregados;
- A tomada de decisão pelos gestores das operações da Companhia, relacionadas com o seu desempenho operacional, são efetuadas de forma conjunta – água e esgoto;
- Não existem, na presente data, informações financeiras individualizadas disponíveis acerca dos desembolsos de recursos vinculados a prestação de serviço de água e esgotamento sanitário, existindo apenas o controle individualizado pelo Financeiro da Companhia acerca dos recebíveis oriundos de faturamento de clientes.

## 24 Imposto de renda e contribuição social

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prejuízo antes do imposto	<u>(156.786)</u>	<u>(367.667)</u>
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais, aplicáveis aos lucros nos respectivos países	(53.307)	(125.025)
Constituição de provisões indedutíveis	96.301	37.113
Realização do custo atribuído	18.002	-
Outras despesas não dedutíveis	71	41
Reversão de provisões indedutíveis	(110.410)	(36.093)
Ajustes de IFRS	-	48.097
	<u>(49.343)</u>	<u>(75.867)</u>
Créditos tributários diferidos	(27.817)	( 115.989)
Encargo fiscal	<u>-</u>	<u>-</u>

A alíquota de imposto média ponderada é de 0% (0% em 31 de dezembro de 2014).



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

## **25 Partes relacionadas**

A Companhia manteve as seguintes operações com partes relacionadas:

### **(a) Estado do Ceará**

Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador.

Repasse de recursos recebidos do Governo do Estado do Ceará, decorrentes do financiamento contratado pelo Governo junto à Caixa Econômica Federal, o qual vem sendo pago pela Companhia por força do Convênio celebrado entre a Secretaria das Cidades e a CAGECE (Nota 17"ii").

### **(b) Município de Fortaleza**

O município de Fortaleza, por meio da Lei Municipal nº 8.716, de 6 de junho de 2003, e contrato assinado em 10 de outubro de 2003, concedeu, de forma onerosa e exclusiva, à Companhia, a exploração dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário pelo prazo de 30 anos. Em contrapartida, além dos compromissos de investimentos pactuados, o Estado transferiu ao Governo Municipal 22% de suas ações com direito a voto.

A Companhia assumiu o compromisso de pagar à Prefeitura pelo direito de exploração da concessão, mensalmente, o equivalente a 1,5 % sobre o faturamento mensal direto de água e esgoto de Fortaleza. Essa remuneração, no exercício findo em 31 de dezembro 2015, correspondeu a R\$ 7.616 (R\$ 7.786 em 31 de dezembro de 2014) e está registrado na rubrica custos dos serviços prestados da demonstração de resultado.

Serviços de água e esgoto cobrados de acordo com as tarifas aprovadas pelo órgão regulador.

Cessão de funcionários no qual a companhia paga aos órgãos do governo municipal pela disponibilização de profissionais. O valor pago corresponde à remuneração do profissional acrescida dos correspondentes encargos sociais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 26 Honorários da administração

Em 06 de fevereiro de 2015, foi aprovada em assembleia geral extraordinária a proposta de remuneração dos Conselheiros Administrativos e Fiscais para o ano de 2015, no valor R\$ 5 mil reais mensais para cada Conselheiro, em atendimento a Instrução nº 481 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Adicionalmente, a remuneração para os Administradores é de R\$ 12 mil reais mensais aos diretores e R\$ 16 mil reais mensais ao presidente.

O montante de remuneração pago pela Companhia a seus Conselheiros e aos Administradores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, totalizou em R\$ 2.587 (R\$ 2.622 em 31 de dezembro de 2014), registrado na rubrica despesas administrativas da demonstração do resultado.

## 27 Instrumentos financeiros

Considerando os termos da CVM nº 550/08, a Companhia procedeu a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Seguem abaixo os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2015:

	2015		2014	
	Valor Contábil	Valor justo	Valor Contábil	Valor justo
<b>Ativos financeiros</b>				
Ativos financeiros – contratos de concessão	161.330	161.330	166.902	166.902
Contas a receber de clientes	165.170	165.170	152.403	152.403
Caixa e equivalentes de caixa	7.769	7.769	57.746	57.746
Depósitos vinculados a convênios	12.466	12.466	43.658	43.658
<b>Passivos financeiros</b>				
Incentivo a aposentadoria – PRSP	71.607	71.607	54.116	54.116
Empréstimos e financiamentos	523.559	540.658	447.359	457.186
Fornecedores	127.978	127.978	83.331	83.331
Obrigações com clientes	2.164	2.164	2.420	2.420

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 27 Instrumentos financeiros--Continuação

### Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Instituições Financeiras	Taxa contratual	Período de meses	Taxa de mercado
Caixa Econômica Federal	Juros de 6,5% a 8% + taxa ADM de 1% ou 2% + risco de crédito de 0,3% a 1,7% + atualização monetária FGTS (TR)	10 a 208	9% e 11%
Secretaria das Cidades – Governo do Estado do Ceará	Juros de 6,5% a 8% + 2% taxa adm + 2% risco de crédito	13 a 83	11%
Banco Nacional de Desenvolvimento e Social (BNDES)	Juros de 1,81% a.a. + TJLP e 2,71%a.a + TJLP	73	9,12%
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)	i) Juros de 3,88% a.a + 1,15%(spread BID) ii) Juros de 0,85%a.a + 1,15% a.a (Spread BID) + Mecanismo Unimonetário convertido via Libor	30	1,98% e 4,54%

## 28 Previdência complementar

Em 12 de fevereiro de 2004, a portaria nº 24 da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, órgão vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, autorizou o início das atividades da Fundação CAGECE de Previdência Complementar – CAGEPREV, fundação própria, tendo como única patrocinadora a Companhia.

A Cageprev é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo a constituição e administração de planos privados de benefícios previdenciários suplementares, assemelhado ao da previdência social, em favor de seus participantes e respectivos beneficiários, custeando todos os benefícios na modalidade de contribuição variável (regime financeiro de capitalização) e definida. Em linha com a modalidade definida, a Companhia faz contribuições à CAGEPREV de forma obrigatória e contratual. Portanto, a Companhia não possui qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 28 Previdência complementar--Continuação

No exercício de 31 de dezembro de 2015, a Companhia efetuou contribuições a CAGEPREV no montante de R\$ 2.842 (R\$ 3.080 em 31 de dezembro de 2014). A CAGEPREV encerrou 31 de dezembro de 2015 com 1.320 participantes (1.292 em 31 de dezembro de 2014), sendo 1.265 (1.253 em 31 de dezembro de 2014) ativos e 55 (39 em 31 de dezembro de 2014) assistidos e apresentando um patrimônio da ordem de R\$ 131.479 (R\$ 112.122 em 31 de dezembro de 2014).

As reservas técnicas para fins de atendimento às normas estabelecidas pela PREVIC – Superintendência Nacional de Previdência Complementar são determinadas por empresa de consultoria atuarial, contratada pela CAGEPREV, a qual emitiu parecer datado de 02 de fevereiro de 2016, sem apresentar nenhum comentário que representasse qualquer risco adicional ou ressalva aos procedimentos adotados pela administração da CAGEPREV.

As principais premissas atuariais são as seguintes:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Taxa real anual de juros	<b>5,63%a.a.</b>	5,63%a.a.
Projeção de crescimento real de salário	<b>1% a.a.</b>	1% a.a.
Projeção de crescimento real do maior salário de benefício do INSS	<b>0%a.a.</b>	0%a.a.
Projeção de crescimento real dos benefícios do plano	<b>0%a.a</b>	0%a.a
Hipótese sobre gerações futuras de novas entradas	<b>Não há</b>	Não há
Tábua de mortalidade geral de válidos	<b>AT-83</b>	AT-83

## 29 Prejuízo por ação básico e diluído

O prejuízo básico por ação é calculado através da divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais emitidas durante o exercício. As ações preferenciais possuem direito de 10% a mais de dividendos do que as ações ordinárias.

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Numerador</b>		
Prejuízo disponível aos acionistas ordinários	<b>(128.925)</b>	(221.599)
Prejuízo disponível aos acionistas preferenciais	<b>(44)</b>	(79)
	<b>(128.969)</b>	(251.678)
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações ordinárias	<b>167.584</b>	159.735
Média ponderada de número de ações preferenciais	<b>57</b>	57
	<b>167.641</b>	159.792
<b>Resultado básico e diluído por ação (em R\$)</b>		
Ação ordinária	<b>(0,770)</b>	(1,387)
Ação preferencial	<b>(0,846)</b>	(1,525)

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias. Assim, o prejuízo básico e o diluído por ação são iguais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 30 Receita de serviços

A reconciliação entre receita bruta e a receita líquida é como segue:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Receita de serviços de abastecimento de água	<b>671.686</b>	659.004
Receita de serviços de esgotamento sanitário	<b>247.849</b>	240.222
Receita de construção	<b>108.699</b>	147.817
	<b>1.028.234</b>	1.047.043
Impostos sobre vendas	<b>(85.904)</b>	(84.212)
Receita líquida	<b>942.330</b>	962.831

### 31 Custo de serviços prestados

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Insumos	<b>194.255</b>	145.776
Serviços	<b>176.592</b>	147.863
Depreciação e amortização	<b>68.837</b>	494.464
Pessoal	<b>88.724</b>	76.159
Materiais	<b>26.176</b>	17.880
Custos gerais	<b>22.157</b>	15.707
Concessão	<b>7.616</b>	7.786
Custos operacionais	<b>584.357</b>	905.635
(-) Créditos de PIS e COFINS	<b>(36.720)</b>	(32.978)
Custos operacionais líquidos	<b>547.637</b>	872.657
Custos de construção	<b>108.699</b>	147.817
	<b>656.336</b>	1.020.474

Serviços compreendem os custos com serviços de manutenção e operação do sistema de água e esgoto, serviços prestados por terceiros, serviços técnicos profissionais, serviços de cortes e religações, serviços de vigilância do sistema e demais serviços. O acréscimo dos custos de serviços deve-se a novos contratos celebrados para prestação dos serviços de conservação e manutenção dos sistemas de água e esgoto, iniciados a partir de 06/2014 e a reajustes e realinhamentos de contratos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 31 Custo de serviços prestados--Continuação

A redução do saldo de depreciação e amortização é decorrente da adoção do custo atribuído em 01/01/2009, a determinadas classes de ativos, devidamente suportados por laudos de avaliações patrimoniais, nos termos do ICPC 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Os valores foram reconhecidos no ativo imobilizado e intangível em contrapartida a conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido, considerando também os efeitos dos impostos diferidos. Esses efeitos foram contabilizados em 2014 (Notas 14 e 15).

### 32 Despesas comerciais

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Serviços	<b>62.467</b>	54.723
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD	<b>9.567</b>	6.398
Pessoal	<b>20.567</b>	21.458
Gerais	<b>3.690</b>	4.366
	<b>96.291</b>	86.945

### 33 Despesas administrativas

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Pessoal	<b>116.442</b>	135.106
Serviços	<b>44.797</b>	41.493
Causas judiciais	<b>35.287</b>	10.188
Gerais	<b>11.368</b>	6.305
Tributos	<b>16.850</b>	17.204
Transportes	<b>6.150</b>	6.086
Depreciação e amortização	<b>3.043</b>	2.822
Honorários da administração	<b>2.587</b>	2.622
	<b>236.524</b>	221.826

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 34 Receitas (despesas) financeiras, líquidas

	2015	2014
<b>Receitas financeiras</b>		
Rendimentos de aplicações financeiras	8.376	12.000
Receita de atualização do ativo financeiro	8.960	18.926
Juros recebidos de clientes	8.482	7.895
Atualização monetária	2.722	2.087
Juros ativos	497	580
Variação cambial	30.713	21.580
	<b>59.750</b>	<b>63.068</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros de financiamentos	(26.892)	(25.596)
Incentivo a aposentadoria - PRSP	(8.293)	(3.834)
Atualização monetária	(2.607)	(1.120)
Variação cambial	(124.538)	(44.844)
Outras	(950)	(32)
	<b>(163.280)</b>	<b>(75.426)</b>
	<b>(103.530)</b>	<b>(12.358)</b>

### 35 Seguros

A Companhia adota política de não contratação de seguros para seus bens.

### 36 Eventos subsequentes

#### Alteração das cláusulas restritivas dos empréstimos e financiamentos

Em 25 fevereiro de 2016, a administração do BNDES renegociou as penalidades contratuais previstas nos contratos de financiamento nº 10.2.2006.1 e nº 12.2.0618.1, autorizando a suspensão até 31/12/2017 da hipótese de descumprimento de índices econômico-financeiros e suas respectivas penalidades contratuais, sobretudo as que se referem ao vencimento antecipado dos contratos.

Durante o período de suspensão, será mantido o reforço de garantia de 20% sobre o valor da receita cedida, previsto como penalidade para a situação de menor risco de crédito. Desta forma, em decorrência da autorização de suspensão do BNDES, a Companhia concluiu que os referidos contratos poderiam ser registrados no Circulante e Não Circulante de acordo com seu prazo inicial de vencimento, não sendo necessária a sua reclassificação para o Circulante.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### **36 Eventos subsequentes--Continuação**

#### **Reajuste tarifário**

A partir de 23 de abril de 2016, a companhia aplicará uma recomposição de preço de 11,96% para todo o estado, de forma linear nas tarifas de todas as categorias e faixas de consumo. A recomposição foi autorizada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Ceará (ARCE) e Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR).

Neurisangelo Cavalcante de  
Freitas  
Diretor Presidente

Dario Sidrim Perini  
Diretor de Gestão Corporativa

Francisco Josinete Souza  
Araújo  
Diretor de Operações

Cláudia Elizângela Caixeta Lima  
Diretora de Mercado

Francied Assis de Mesquita Ciriaco  
Diretor de Planejamento e Captação de  
Recursos

José Carlos Lima Asfor  
Diretor de Engenharia

Sileno Kleber Guedes Filho  
Diretor Jurídico

Adalberto Napoleão de Araújo Neto  
Superintendente Financeiro e de Ativos

Flávia Liduina Costa Gurgel  
Gerente Contábil

André Lopes Camurça  
Contador – CRC-CE 014344/O-8



## Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

---

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Fortaleza, 29 de março de 2016.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas  
Diretor Presidente

Dario Sidrim Perini  
Diretor de Gestão Corporativa

Francisco Josinete Souza Araújo  
Diretor de Operações

Cláudia Elizângela Tolentino Caixeta  
Diretora de Mercado

José Carlos Lima Asfor  
Diretor de Engenharia

Francied Assis de Mesquita Ciriaco  
Diretor de Planejamento e Captação  
de Recursos



Edifício Iguatemi Center  
Av. Washington Soares, 55, sala 508 Bairro Edson Queiroz, Fortaleza – Ceará, 60811-341, Brasil  
Tel: (5585) 3392-5600  
Fax: (5585) 3392-5659  
www.ey.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE**  
Fortaleza - CE

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre a comparabilidade com as demonstrações financeiras de 2014.

### **Base para opinião com ressalva**

A Companhia efetuou, em sua totalidade, os ajustes referentes à adoção inicial do custo atribuído, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014. Desta forma, a comparabilidade das demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 em relação a 31 de dezembro de 2015, encontra-se impactada por este efeito do ano anterior.

### **Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos de comparabilidade do exercício de 2014, descritos no parágrafo base para opinião com ressalva, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Outros assuntos**

#### **Demonstração do valor adicionado**

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza (CE), 29 de março de 2016.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Carlos Santos Mota Filho  
Contador CRC-PE020728/O-7-T-CE

## Declaração dos Diretores sobre as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

---

Os Diretores da Companhia de Água e Esgoto do Ceará – CAGECE, inscrita no Ministério da Fazenda sob o CNPJ nº 07.040.108/0001-57, com sede na Rua Lauro Vieira Chaves, 1030, Vila União, Fortaleza, Ceará, declaram para os fins do disposto no § 1º, do artigo 25, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, relativamente às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Fortaleza, 29 de março de 2016.

Neurisangelo Cavalcante de Freitas  
Diretor Presidente

Dario Sidrim Perini  
Diretor de Gestão Corporativa

Francisco Josinete Souza Araújo  
Diretor de Operações

Cláudia Elizângela Tolentino Caixeta  
Diretora de Mercado

José Carlos Lima Asfor  
Diretor de Engenharia

Francied Assis de Mesquita Ciriaco  
Diretor de Planejamento e Captação  
de Recursos

## Parecer do Conselho de Administração sobre as Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

---

Os membros do Conselho de Administração da Companhia de Água e Esgoto do Ceará-CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015, Parecer dos Auditores Independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, datado de 29 de março de 2016, e concluíram que estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam pelo seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Fortaleza, 29 de março de 2016.

Lúcio Ferreira Gomes  
Presidente

Neurisangelo Cavalcante de Freitas  
Membro

André Macêdo Facó  
Membro

Manoel Gomes de Farias Neto  
Membro

Alceu de Castro Galvão Júnior  
Membro

José Elcio Batista  
Membro

João de Aguiar Pupo  
Membro

## Parecer do Conselho Fiscal sobre as Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2015

---

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e Parecer dos Auditores Independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, datado de 29 de março de 2016. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos apresentados pelo representante da auditoria, concluíram que, exceto quanto aos efeitos de comparabilidade do exercício de 2014, as demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Fortaleza, 29 de março de 2016.

Leandro Puccini Secunho  
Conselheiro Efetivo

Bruno César Braga Araripe  
Conselheiro Efetivo

Eduardo Fontes Hotz  
Conselheiro Efetivo

Ítalo Alves de Andrade  
Conselheiro Efetivo

Karla Cardoso de Alencar Forte  
Conselheira Efetiva